

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL



UFRJ

**Trabalho de Conclusão de curso**

**SAÚDE DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE  
CORONAVÍRUS 19: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE PROFISSIONAIS  
ATUANTES NA EDUCAÇÃO**

LETICIA ALVES NASCIMENTO DA SILVA

RIO DE JANEIRO- RJ

AGOSTO/2022

**LETICIA ALVES NASCIMENTO DA SILVA**

**SAÚDE DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE  
CORONAVÍRUS 19: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE PROFISSIONAIS  
ATUANTES NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme de Almeida

RIO DE JANEIRO- RJ

AGOSTO/2022

Leticia Alves Nascimento Da Silva

**SAÚDE DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE  
CORONAVÍRUS 19: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE PROFISSIONAIS  
ATUANTES NA EDUCAÇÃO**

Rio de Janeiro- RJ, aprovado em \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida  
(Orientador-UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Holanda Leite Menezes  
(ESS-UFRJ)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Izabel Moura de Carvalho  
(ESS-UFRJ)

## AGRADECIMENTOS

Mesmo diante de todas as dificuldades, vencemos!

Dedico essa conquista, primeiramente, a Deus e Nossa Senhora de Nazaré (a qual sou devota), a quem recorri diversas vezes aos prantos em busca de força e ajuda divina quando estava passando por momentos extremamente difíceis de crise de ansiedade e com a incerteza se conseguiria finalizar a construção deste trabalho.

À minha mãe e ao meu pai (*in memória*), que quando tudo parecia perdido foram a minha luz e apoio incondicional desde o início da graduação. E, são eles meu maior exemplo de fé, caráter, esperança, amor e união. Tenho certeza que estou enchendo-os de orgulho e felicidade nesse momento, e trago comigo todas as lições e "puxões de orelha", que me fizeram aprender os mais bonitos valores da vida tornando-me uma pessoa cada vez melhor.

Ao meu filho, que é o amor mais genuíno que eu possa sentir e receber de alguém. Ele que é meu parceiro, a minha vida e fonte de esperança e força diária. Ele que em 2016, quando tinha apenas 7 anos de idade, entendeu que eu estava indo para outro Estado em busca de uma formação com o objetivo de oferecer uma qualidade de vida melhor para nossa família, e sempre me defendeu quando alguém falava o contrário.

Ao meu PAIdrinho, que sempre esteve ao meu lado torcendo e vibrando pelas minhas conquistas.

Dedico também aos meus anjos da guarda cariocas, ao meu grupo de amigos/as: Bruno, Érica, Alessandra, Rebecca e Priscylla. Eles/as que me acolheram com muito amor, me ofereçam colo e ajuda sempre que precisei, passamos por reflexões, problematizações, choros, alegrias, muitos abraços e companheirismo, e que estamos juntos/as até hoje, e assim será para sempre.

Não posso deixar de citar e oferecer todo o meu carinho e agradecimento à minha supervisora de estágio, Fabiana Luiz, e ao meu orientador de TCC, Guilherme de Almeida, que foram fundamentais para o meu desenvolvimento pessoal e para minha formação acadêmica.

Gratidão!

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa “Saúde do/a Assistente Social em tempos de pandemia de SARS Cov-19: um estudo de caso a partir de profissionais atuantes na educação”. Em consonância a esta temática, tem como objetivo central a realização de uma análise crítica sobre a vida laboral dos assistentes sociais que atuam na Coordenação de Estágio e Extensão numa universidade pública no contexto pandêmico, com reflexões sobre as condições de trabalho a que os/as profissionais estão submetidos/as e os impactos sofridos na saúde neste período. Para isso, teve como instrumentos metodológicos o uso de referências bibliográficas acerca do tema e de uma pesquisa de campo qualitativa, descritiva e analítica, desenvolvida através de uma entrevista semiestruturada com uma parte do grupo de assistentes sociais que trabalham na universidade. O resultado deste trabalho de campo foi além do previsto, mostrando que os efeitos da pandemia não foram sentidos apenas na saúde física e mental dos assistentes sociais, mas houve rebatimentos também em outras áreas da vida humana: social, econômica, política, cultural e educacional. Destaca-se que a reflexão crítica da realidade brasileira no contexto da pandemia do coronavírus, alcançou toda a conjuntura atual, fazendo um breve resgate histórico sobre as desigualdades sociais e econômicas do país, com desdobramentos para a classe trabalhadora como um todo.

**Palavras chaves:** Assistente Social; Serviço Social; pandemia; saúde; condições de trabalho.

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS– Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFC– Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CFESS– Conselho Federal de Serviço Social

COVID– Corona Vírus Disease

CPI– Comissão Parlamentar de Inquérito

CRESS– Conselho Regional de Serviço Social

DIEESE– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIRAC– Diretoria de Acessibilidade

EPI– Equipamento de Proteção Individual

FIOCRUZ– Fundação Oswaldo Cruz

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES– Instituição de Ensino Superior

MEC– Ministério da Educação

MEI– Microempreendedores Individuais

OIT– Organização Internacional do Trabalho

OMS– Organização Mundial da Saúde

PAE– Programa Auxílio Emergencial

PCD– Pessoa com Deficiência

PNAD– Política Nacional por Amostra de Domicílio

PR5– Pró-Reitoria de Extensão

PR7– Pró-Reitoria de Políticas Estudantis

RJ– Rio de Janeiro

TCC– Trabalho de Conclusão de Curso

TIC's– Tecnologia de Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

#### **CAPÍTULO 1- A pandemia de Coronavírus 19, sua gestão no Brasil e os efeitos na população brasileira**

1.1 A pandemia do Sars Cov 19 e seus efeitos ..... 07

1.2 A gestão da pandemia de Sars Cov 19 no país..... 11

#### **CAPÍTULO 2 - Principais efeitos da pandemia sobre o cotidiano dos/as trabalhadores/as**

2.1 Principais efeitos da pandemia sobre o cotidiano dos/as trabalhadores..... 16

#### **CAPÍTULO 3 - Principais efeitos da pandemia sobre a educação superior.....21**

#### **CAPÍTULO 4 - Os efeitos da pandemia de coronavírus 19 sobre a saúde de assistentes sociais que atuam na educação superior**

4.1 A pandemia de coronavírus 19 e seus efeitos em assistentes sociais atuantes na educação superior: apresentando o campo..... 28

4.2 Assistentes sociais na educação superior e sua saúde no contexto pandêmico: um estudo a partir da Coordenação de Estágio e Extensão de uma universidade pública.....30

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....42**

### APÊNDICES

### REFERÊNCIAS

## APRESENTAÇÃO

Desde dezembro de 2019 a população mundial tem sofrido pela infecção e efeitos do coronavírus, este que foi reconhecido cientificamente como um vírus que tem sua estrutura em formato de coroa, causa infecções respiratórias e provoca doenças como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS).

Os primeiros casos de contágio por coronavírus ocorreram em Wuhan, na China e, desde então, a Organização Mundial da Saúde (OMS) entrou em alerta devido à grande ocorrência de casos no país e, posteriormente, alastrando-se para os outros países – incluindo o Brasil – iniciando-se assim uma pandemia mundial.

O governo federal brasileiro, no contexto da maior crise sanitária do mundo, adotava uma postura de negligência e negacionismo diante da pandemia da covid-19, colocando a economia acima da vida dos/as brasileiros/as e banalizando as mortes. A política genocida, que foi adotada desde o início do caos epidemiológico, na gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro não considerava as evidências científicas, ocultava dados, naturalizava as mortes, não estimulava a vacinação contra o coronavírus e provocava a flexibilização das medidas recomendadas pela ciência e pela OMS- em um momento onde a crise pandêmica não estava controlada e havia um alto número de infectados e de mortes- em prol do capital.

Diante dessa conjuntura, o Serviço Social tem sido convocado para atuar, junto com os/as demais trabalhadores/as das diversas áreas, na linha de frente no enfrentamento da covid-19. Em meio a condições de trabalho precárias e, muitas vezes, como trabalhadores/as precarizados/as, com vínculos temporários. Muitos/as assistentes sociais em todo o país tiveram que lidar, inclusive, com demandas não condizentes com suas atribuições profissionais. Todavia, muitos/as exercem sua relativa autonomia profissional com capacidade propositiva, embasados nos fundamentos do projeto ético-político profissional, na resistência em defesa da vida e dos direitos de todos/as.

O objeto de pesquisa aqui apresentado: “Saúde do/a Assistente Social em tempos de pandemia de Coronavírus 19: um estudo de caso a partir de profissionais atuantes na educação.” tem o propósito de mostrar que a saúde física e mental dos/as Assistentes Sociais merecem uma atenção neste período pandêmico que assola o mundo desde o final de 2019, onde o Brasil teve seu primeiro caso registrado em fevereiro de 2020. Assim como os/as profissionais atuantes na área da saúde, aqueles que exercem sua atividade profissional na



educação também tiveram um aumento na demanda de seus/suas usuários/as, marcados por precariedades, limites e problemas no exercício profissional.

Fazendo um recorte para a realidade específica de um setor de uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro, desde o início da pandemia de Covid-19, os/as Assistentes Sociais da instituição se defrontaram com diversos atendimentos, principalmente dos/as discentes que apresentaram demandas de saúde física e mental afetadas, reverberando isso no acompanhamento e conclusão das atividades acadêmicas. Entretanto, não foram somente os/as estudantes que foram afetados nesta pandemia, muitos/as profissionais do Serviço Social ficaram adoecidos/as mentalmente e/ou fisicamente.

Levantar essa pauta se faz importante para a sociedade pois traz um contexto histórico e social onde a saúde pública brasileira sempre foi permeada por diversos desafios e precarização dos serviços, fazendo-se necessário um olhar mais crítico e ampliado à política de saúde pública.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é relevante sob a ótica do/a profissional de Serviço Social, pois esta é uma profissão generalista, inserida nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, com um objeto em comum: as diferentes expressões da “questão social”. É através da identificação dos aspectos políticos-econômicos, culturais e sociais que perpassam o processo saúde-doença, a fim de articular recursos ao seu enfrentamento em uma prática educativa, diante de situações de calamidade pública expressas por pandemias, catástrofes, desastres, etc., que o/a assistente social materializa suas responsabilidades e compromissos.

Tais atitudes exigem ações especializadas e capacitações para o seu agir profissional. Por isso, esse debate se faz importante para que os/as assistentes sociais, em consonância com o projeto ético-político profissional, o Código de Ética e as diretrizes norteadoras da profissão analisem suas prioridades de acordo com as competências, atribuições e limites profissionais para que ocorra uma práxis<sup>1</sup> de qualidade.

Ademais, se faz necessário identificar os novos desafios que emergiram no exercício profissional no contexto da Covid, ressaltando que as condições de saúde dos/as profissionais do Serviço Social são aspectos importantes para que se tenha uma boa qualidade profissional, visto que profissionais adoecidos/as não têm um bom desempenho na sua atividade laboral.

---

<sup>1</sup> O termo *Práxis* significa a prática ou a atividade que transforma (VÁZQUEZ,2007).

No começo dessa realidade pandêmica, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social) realizou um movimento para orientar os/as Assistentes Sociais durante a pandemia com a finalidade de amparar o trabalho profissional. Para isso, utilizou-se de resoluções, notas, normativas e pareceres jurídicos, bem como da promoção de debates *online* e eventos proporcionando espaços de discussão, reflexão crítica e debate diante dos desafios que teriam que ser enfrentados.

Dentre os debates críticos feitos na ocasião, há uma nota sobre *Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia*. Nela, há uma reflexão, como também orientação e o posicionamento da categoria profissional com relação ao teletrabalho e trabalho remoto, compreendendo-o como uma estratégia do capital para aumentar os níveis de produtividade e expropriação do trabalhador (CFESS, 2020:p.4).

O trabalho remoto pode ser visto como uma verdadeira ameaça à saúde dos/as trabalhadores/as em geral, pois traz consigo contratos sem jornada de trabalho ou remuneração definida, deixando os/as trabalhadores/as à disposição de serem convocados/as pelo empregador quando isso for favorável à instituição empregadora, sem remuneração do tempo mantido à disposição da empresa, o que pode resultar em uma baixa ou ausência de renda, comprometendo a subsistência do/a trabalhador/a.

Este TCC tem como objetivo geral compreender os efeitos na saúde do/a assistente social que atua como profissional da educação em tempos de pandemia de SARS Cov 19 . Teve como parte de sua metodologia, uma pesquisa qualitativa, descritiva e analítica. Sendo que a pesquisa qualitativa estuda os dados verbais e visuais para entender um acontecimento em sua realidade; isto é, seu resultado surge com base em dados empíricos, coletados de forma sistemática (MACHADO, 2021).

A pesquisa descritiva, segundo Lando (2020), busca descrever características de uma população, amostra, contexto ou fenômeno. Por sua vez, a pesquisa analítica deixa as conclusões da pesquisa descritiva mais amplas ao analisar como e o porquê que os fatos estão acontecendo (EDUCADMI, 2011).

Esta monografia partiu de levantamento bibliográfico e de um trabalho de campo desenvolvido através de entrevistas semiestruturadas conduzidas por um roteiro de questões (em anexo). Esclarecendo: entrevista semiestruturada é um modelo de entrevista mais flexível que possui um roteiro prévio, mas permite ao entrevistador e ao entrevistado uma abertura

para que haja perguntas que, porventura, não estejam planejadas no roteiro. Dessa forma, o diálogo se torna mais natural e dinâmico (COSTA, 2021).

O desenvolvimento textual deste trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro, com o título “A pandemia de Coronavírus 19, sua gestão no Brasil e os efeitos na população brasileira” está dividido em dois subcapítulos, a vista que o subcapítulo 1.1 “A pandemia do Sars Cov 19 e seus efeitos” faz um breve relato do surgimento do Coronavírus, a sua chegada no Brasil e os efeitos que causou na população. Adianto que esses efeitos são para além dos causados na saúde, eles foram, também, sociais, econômicos, políticos e culturais. O subcapítulo 1.2 “A gestão da pandemia de Sars Cov 19 no país” faz uma abordagem sobre a forma que se deu a gestão institucional do Poder executivo federal, estaduais e municipais no Brasil diante da crise instaurada e generalizada no país.

No capítulo dois, cujo título é “Principais efeitos da pandemia sobre o cotidiano dos/as trabalhadores/as” é mostrado o impacto que os/as trabalhadores/as em geral sofreram desde o agravamento da Covid-19. Neste momento, a crise econômica já existente no país desde o ano de 2008 foi agravada em decorrência de todo o caos gerado, incluindo a implementação do *Lockdown*- prática mundial que foi decretada pelos governadores de estados no Brasil, com o objetivo de conter o avanço do coronavírus na sociedade brasileira- que decretou o fechamento de todos os serviços não essenciais e impediu a circulação de pessoas nas ruas, salvo em caso de extrema necessidade e urgência. Apresento as consequências dessas práticas na vida dos trabalhadores e os meios encontrados por eles para “driblar”, ou sofrer menos, os efeitos da pandemia em suas vidas.

O terceiro capítulo traz uma abordagem sobre os principais efeitos da pandemia sobre a educação superior. Aqui é apresentado como a pandemia afetou a educação brasileira, em especial nas Instituições de Ensino Superior (IES). A política de educação há tempos vem sofrendo com o descaso do Governo Federal, o que se intensificou desde o início da pandemia e com mais contingenciamento das verbas públicas destinadas às Universidades e Instituições federais. Nesse contexto houve a suspensão de todas as atividades presenciais das escolas e universidades, sendo necessário buscar alternativas emergenciais para dar continuidade no processo de ensino, visto que a Covid-19 estava em um estágio avançado infectando e causando a morte de milhares de pessoas. Os professores, estudantes e o corpo técnico-administrativo das IES tiveram que se readaptar e reinventar abruptamente diante do novo modo de vida que o coronavírus colocou no mundo.

Por fim, o último capítulo — o capítulo quatro — é dividido em dois subcapítulos. Ele traz como título “Os efeitos da pandemia de coronavírus 19 sobre a saúde de assistentes sociais que atuam na educação superior”. No subcapítulo 4.1 é apresentado o campo de pesquisa deste TCC (Coordenação de Estágio e Extensão de uma universidade pública), de forma sucinta é pormenorizado o caminho percorrido para a concretização do procedimento metodológico adotado para a pesquisa de campo. No subcapítulo seguinte é exposto a realidade da prática profissional antes da pandemia e após o período pandêmico dos/as assistentes sociais da Coordenação, destacando os desafios a serem enfrentados e as demandas a serem atendidas, tal como é feita uma análise crítica dessa realidade e da atual conjuntura.

A pandemia do coronavírus causou impactos, alguns positivos e outros negativos, na vida da classe trabalhadora do país e com os assistentes sociais que estão inseridos nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais não foi diferente. É fato que a vida de nenhum de nós-brasileiros/as sobreviventes de todo esse turbilhão causado pela Covid-19- não é mais a mesma desde fevereiro de 2020. De alguma forma, positiva e/ou negativamente, trazemos conosco marcas que sempre terão reflexos no nosso dia a dia.

## **Capítulo 1**

### **A pandemia de Coronavírus 19, sua gestão no Brasil e os efeitos na população brasileira**

## 1.1- A pandemia do Sars Cov 19 e seus efeitos

Começo este capítulo fazendo um breve relato sobre como se deu a pandemia do Sars Cov 19 no mundo e no Brasil. No final do mês de dezembro do ano de 2019, a Organização Mundial da Saúde entrou em alerta a partir da ocorrência de múltiplos casos de pneumonia de causa desconhecida que infestaram a cidade de Wuhan (China).

Tratava-se de um tipo de coronavírus que até então não havia sido encontrado em humanos. Com o quadro crescente de pessoas doentes e mortas, as autoridades daquela cidade decretaram quarentena domiciliar com o intuito de evitar a disseminação da doença causada por esse novo coronavírus (SANTOS, 2020).

Segundo estudos divulgados pela “Educa Mais Brasil”, o coronavírus é pertencente à família dos vírus. Mais especificamente, ele é um tipo de vírus diferente que recebeu esse nome devido ao seu formato, que ao ser observado através das lentes de um microscópio, percebeu-se a semelhança do formato dele com o de uma coroa. Um tipo diferente de coronavírus foi descoberto no dia 31 de dezembro de 2019, causando a pandemia e a crise sanitária que vivemos até hoje. O novo tipo de vírus foi denominado pelo Comitê Internacional de Taxonomia de SARS-COV-2, pois é parecido geneticamente com o coronavírus que causou a disseminação de SARS (sigla inglesa que representa a síndrome aguda respiratória) no ano de 2003.

O Sars Cov 2 é responsável por provocar a Covid-19 (Corona Virus Disease), que é uma doença respiratória que tinha, de início, como principais sintomas, febre, tosse seca e dificuldade respiratória. Ela podia ser confundida com um simples resfriado ou uma gripe, mas podia levar à morte, se não tratada a tempo e adequadamente e/ou se houvesse algum tipo de suscetibilidade individual, como outras doenças preexistentes.

Ao longo da disseminação da transmissão da doença, foram descobertos outros sintomas a ela associados, como por exemplo: ausência de paladar, ausência de olfato, dores no corpo, fadiga, inflamação na garganta, entre outros. A doença possui um período de incubação, ou seja, um período que vai do contágio ao aparecimento do primeiro sintoma, de 14 dias aproximadamente (SANTOS, 2020).

Em geral, os primeiros sintomas surgem gradativamente e de maneira leve, havendo pessoas que podem se curar sem a necessidade de um tratamento especial e, ainda, casos de pessoas que se infectaram com o coronavírus, mas que foram assintomáticas. Por outro lado,

há pessoas que desenvolvem a forma mais grave da doença, podendo evoluir para óbito. Os/as idosos/as, obesos/as e pacientes com doenças crônico-degenerativas – como por exemplo, diabetes, pressão arterial alta e problemas cardíacos – são mais predispostos/as ao agravamento da doença.

A Covid 19 pode ser transmitida através do contato com a pessoa que está doente. Ocorre a propagação da doença através de gotículas que saem do nariz ou da boca, após a pessoa infectada tossir ou espirrar, por exemplo. Essas gotículas depositam-se em objetos ou superfícies. Uma pessoa sadia pode se contaminar ao ter contato com esses objetos ou superfícies infectadas e levar sua mão ao nariz, boca ou olhos. O diagnóstico é feito através de exames laboratoriais, utilizando a coleta de material respiratório do/a usuário/a (SANTOS, 2020).

Ressalta-se que não existe um tratamento específico para os casos de Covid 19, muito menos um tratamento precoce preventivo<sup>2</sup>, há apenas o tratamento voltado para a cura dos sintomas da doença. Recomenda-se que os casos mais graves sejam encaminhados para os hospitais de referência, onde a pessoa infectada ficará em isolamento e fará o tratamento existente, incluindo suporte respiratório, se assim necessitar.

A Organização Mundial da Saúde orienta que algumas medidas sejam tomadas para que haja a prevenção e disseminação da doença, como:

- Usar máscaras de proteção cobrindo o nariz e a boca;
- Lavar as mãos frequentemente com água e sabão e, na ausência desses, higienizá-las utilizando álcool gel em 70%;
- Ao tossir e espirrar, cobrir o nariz e a boca utilizando um lenço, que deve ser descartado em seguida, ou então, usar a parte interna do cotovelo como bloqueio da tosse ou do espirro;
- Evitar cumprimentar com apertos de mão, beijos e abraços;
- Manter os ambientes internos arejados;
- Evitar tocar nos olhos, boca e nariz com as mãos sem a devida higienização;
- Não compartilhar objetos de uso pessoal, como copos e talheres;
- Higienizar objetos que são manuseados com frequência, como celulares;

---

<sup>2</sup> Em vários lugares do mundo e, principalmente, no Brasil, foram disseminadas através das mídias sociais informações equivocadas sobre uso de remédios preexistentes que impediriam a infecção pela doença. Tal fenômeno agravou consideravelmente o quadro de morbimortalidade no país e teve incentivo de diferentes autoridades ligadas ao Governo Federal, o que retardou a resposta à produção de respostas adequadas à pandemia em termos da política de saúde, especialmente a aquisição e aplicação de vacinas.

- Manter uma distância de pelo menos 1 metro de pessoas que estão tossindo ou espirrando;
- Evitar aglomerações;

A OMS também recomendou que os/as profissionais de saúde deveriam ter atenção especial quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), sobretudo máscaras que bloqueassem a propagação do vírus.

A covid 19 chegou ao Brasil no fim do mês de fevereiro, momento em que a Europa já apresentava centenas de casos confirmados. Na época, um homem havia retornado de uma viagem da Itália e, depois de uns dias, apresentou sintomas compatíveis com o da doença. Posteriormente, após a realização de exames clínicos, foi confirmado que se tratava de um caso de infecção pelo novo coronavírus.

A pandemia trouxe muitos reflexos negativos na vida da população. Segundo dados fornecidos no Boletim Epidemiológico Especial: doença pelo novo coronavírus- covid19, um documento elaborado pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, desde seu início até outubro de 2021 foram confirmados 234.627.330 casos no mundo, sendo 4.797.562 óbitos (número atualizado no dia 02/10/2021).

No Brasil, tem-se a confirmação de 33.927.328 casos e 679.336 mortes por covid-19 -dados atualizados no dia 04/08/2022- (G1, 2022). Hoje, após mais de dois anos desde o primeiro caso confirmado no Brasil, foi comprovado que o país enfrentou a maior crise sanitária da história, resultando em milhares de mortes de brasileiros/as.

O pouco conhecimento científico e clínico inicial sobre o coronavírus e seus efeitos e sintomas na população, juntamente com a sua alta velocidade de disseminação e a sua força para ocasionar a morte de pessoas que apresentam uma certa vulnerabilidade na saúde, somado com a histórica desigualdade econômica e social que deixou a classe mais pobre exposta a todos os riscos e vulnerabilidades, foram elementos que geraram incertezas e inseguranças nesse contexto pandêmico.

Cabe aqui trazer o exposto no Relatório Final da CPI da pandemia, apresentado pelo Senador Renan Calheiros (MDB-AL); este relatório traz o indiciamento de 66 pessoas físicas e 2 pessoas jurídicas que estão relacionadas com o negacionismo<sup>3</sup> envolvendo o vírus e as

---

<sup>3</sup> No contexto pandêmico, o negacionismo trata-se das atitudes alarmantes tomadas pelo Governo Federal brasileiro que negou ou minimizou a gravidade da doença e da crise sanitária instaurada pelo coronavírus. Houve boicote às medidas protetivas, subnotificação dos dados epidemiológicos, incentivos em tratamentos e



vacinas, com fortes suspeitas de corrupção nas negociações das compras das vacinas pelo Ministério da Saúde, assim como o uso de medicamentos sem embasamento científico contra a Covid-19 que ocasionou inúmeras mortes (BRASIL, 2021).

O cenário de terror causado pela pandemia e suas mazelas se acentua no Brasil, provocando muitos desafios quanto à contingência da doença, pois o país é assolado por uma histórica desigualdade social onde há pessoas que vivem em situações precárias de habitação, não havendo sequer saneamento básico e acesso ao sistema de água encanada, e ainda vivem em meio a aglomeração.

Diante desses apontamentos, vale lembrar que água e sabão, distanciamento social e desde o dia 21 de março de 2021, com a chegada das primeiras doses de vacina contra o coronavírus (OPAS, 2021), a vacinação em massa da população, são as únicas medidas de contenção do coronavírus.

Esse cenário pandêmico que o Brasil e o mundo vivem desde o início de 2020 trouxe efeitos não somente no âmbito da saúde coletiva, mas produziu, também, impactos sociais, econômicos, políticos e culturais nunca vistos antes na história epidemiológica brasileira. O número de pessoas infectadas e de óbitos causados pela covid-19 está diretamente relacionado com o impacto gerado sobre os sistemas de saúde (pública e privada), com a exposição de populações e grupos vulneráveis.

A sustentação econômica do sistema financeiro— que ainda sente os impactos causados pela crise financeira e do sistema capitalista brasileiro desde 2008—, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento, tendo em vista que houve um crescimento gradativo nos casos de crise de ansiedade, depressão, crise do pânico etc.-, medo pelo risco de adoecimento e morte, redução brutal do acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte e, sobretudo do acesso ao emprego.

Isto ocorreu porque o número de brasileiros/as que vendiam sua força de trabalho para o capital e começou a fazer parte do exército industrial de reserva já vinha crescendo antes da pandemia e aumentou consideravelmente com ela. Tal população se adaptou à chamada uberização do trabalho que, em resumo, trata-se de uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, trazendo consigo uma forma de exploração extrema do/a trabalhador/a e uma queda qualitativa no que tange os direitos trabalhistas.

---

medicamentos sem comprovação científica e descredibilização das vacinas, retardando o início da campanha de vacinação em massa na população brasileira .

## 1.2. A gestão da pandemia de Sars Cov 19 no país

O novo coronavírus teve uma disseminação muito rápida nos diversos países do mundo, onde cada governo adotou (ou não) medidas de segurança que achavam cabíveis para o momento, de acordo (ou não) com as orientações e determinações da OMS. No Brasil, o governo brasileiro assumiu uma postura de incredulidade e imobilidade diante da iminente crise sanitária (FARIAS, 2020).

Como já foi dito, o primeiro caso de pessoa infectada pela covid-19 chegou ao Brasil no final do mês de fevereiro, mais especificamente no dia 26 de fevereiro de 2020: tratava-se de um homem recém-chegado da Itália, local onde os índices de infecção e mortes eram terrivelmente altos.

Aquele caso foi seguido por muitos outros e a primeira morte registrada ocorreu no Rio de Janeiro: uma mulher negra de 63 anos, que trabalhava como empregada doméstica, foi infectada através de sua patroa que acabara de chegar de férias da Europa e que, mesmo sob suspeita de estar infectada pelo coronavírus, omitiu a informação da empregada, permitindo que outras pessoas mantivessem o contato consigo, negligenciando, assim, a possível contaminação pela Sars Cov 2 (FARIAS, 2020).

Tais fatos expressam desigualdades sociais profundas e tornaram-se frequentes no cenário pandêmico brasileiro, facilitando a propagação do vírus para a classe mais vulnerável da sociedade, de modo que a maior concentração de ocorrência do coronavírus se deu nas periferias e favelas brasileiras, locais onde o vírus se apresenta de uma forma mais letal.

Vale ressaltar, que a conjuntura de crise no Brasil, tanto sanitária como econômica e social, não foi mais drástica devido à postura da bancada de oposição no Parlamento, que pressionou para que houvesse a criação do Auxílio Emergencial - Programa Social do governo federal de transferência de renda destinado aos/às trabalhadores/as informais, desempregados/as, microempreendedores individuais (MEI) e usuários do CadÚnico- que tinha como quantia inicial 600 reais para suprir as necessidades emergenciais de subsistência do público-alvo do Programa .

Nesse contexto foi promulgada a Lei 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas de contenção da pandemia (BRASIL, 2020), gerando uma grande expectativa quanto à posição do presidente do Brasil Jair Bolsonaro, esperando-se que o mesmo adotasse a partir daí medidas exemplares contra a covid-19. Todavia, o chefe do poder executivo federal, em suas

aparições públicas, apresentou comportamentos divergentes dos recomendados pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministro da saúde, que na época era o Luiz Henrique Mandetta, defensor das medidas de segurança e controle da disseminação do coronavírus preconizadas pela OMS (AQUINO et al., 2020).

Diante das atitudes tomadas pelo presidente do Brasil em relação às medidas protetivas e sanitárias, a maioria dos governadores de estados e prefeitos decidiram por usar sua autonomia administrativa e implementar algumas medidas de combate à covid-19. Estas, por sua vez, variaram de acordo com o tempo, espaço e formas de implementação, como por exemplo o que era entendido como atividade essencial ou não essencial. De início, as principais medidas adotadas pelos chefes de estado estadual e municipal foram: o uso obrigatório de máscara em locais públicos; o toque de recolher; o isolamento e distanciamento social; o fechamento de escolas, comércio, bares e restaurantes, festas, e de toda e qualquer atividade considerada não essencial, bem como aquelas que causassem aglomeração (AQUINO et al., 2020).

Como reflexo da falta de organização e implementação de medidas adequadas por parte do Governo Federal para o combate da pandemia causada pelo novo coronavírus, o Brasil não obteve resultados promissores na contenção do vírus, destacando-se como um país com maior dificuldade em aderir com sucesso ao *lockdown*<sup>4</sup>.

Em decorrência do atraso e das polêmicas políticas envolvendo as estratégias de enfrentamento da pandemia, o Brasil ficou imerso em uma grave crise sanitária, repercutindo na conjuntura política e econômica do país, permeando e acentuando as mazelas da questão social já existentes no país.

A maioria dos países centrais do mundo adotou como estratégia para o controle da pandemia as medidas não farmacológicas, que prezam pelo isolamento social. A partir delas, houve a queda na taxa de transmissibilidade do vírus, fomentada pela vacinação em massa da população.

Todavia, o que acontece no Brasil é uma dualidade nas propostas e ações adotadas. De um lado, houve a maioria dos governadores e prefeitos que buscaram seguir as orientações das autoridades sanitárias, adotando medidas sensatas e coerentes, dentro de algumas limitações, do momento em que vivemos. Do outro lado, ocorreu uma grande disseminação

---

<sup>4</sup> Lockdown refere-se ao bloqueio total de uma região, imposto pelo Estado ou pela Justiça. É a medida mais rígida adotada em situações extremas, como uma pandemia. (Teixeira, 2021).

de informações falsas a respeito do coronavírus e da covid-19, uma minimização dos casos e efeitos da doença na saúde das pessoas que foram contaminadas e, uma insensibilidade e falta de empatia em relação às famílias que perderam entes queridos em decorrência da covid.

Não bastante, ocorreu a propaganda enganosa sobre a necessidade do uso de medicamentos sem eficácia comprovada para a prevenção e cura da covid-19, o chamado “kit covid” que incluía: cloroquina ou hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina, prednisona (ou outro corticosteróide) (LIMA; VIEIRA, 2020).

Mesmo com comprovações científicas, experiências oriundas de pandemias anteriores e o desempenho dos países que comprovaram que a pandemia pode ser controlada por meio do isolamento social e da adoção de outras práticas sanitárias, criou-se no Brasil uma postura negacionista e negligente diante da veracidade das pesquisas que embasam essas medidas, pois com a adesão do isolamento social, diferentes mercados do sistema capitalista tiveram uma considerável queda no seus lucros, levando muitos à falência. Um grande representante desse comportamento infeliz é o próprio presidente do Brasil, que, mesmo informalmente através das redes sociais, fez campanha a favor do uso dos medicamentos que compõem o “kit covid”.

Concluo este capítulo resgatando a informação de que diante de todo o caos sanitário, social, econômico e político, em abril de 2021 foi instaurada a CPI da covid, com o intuito de apurar os descasos, as ações e omissões da gestão de Jair Messias Bolsonaro frente à pandemia de covid-19. Ela surgiu porque, de acordo com informações publicadas por Chaib (2021), que tinham como base documentos oficiais da CPI, o governo executivo federal desconsiderou vários e-mails da empresa farmacêutica *Pfizer*, que apresentavam propostas para a negociação de vacinas para o Brasil.

Fazendo uma breve reflexão sobre os relatos e documentos públicos apresentados na CPI, percebe-se um grande descaso e descompromisso do governo federal com a sociedade brasileira, ao ponto de que o presidente e seus assessores diretos fomentaram o uso de medicamentos sem eficácia comprovada e negligenciaram a compra de vacinas para disponibilizar à população.

As decisões governamentais no Brasil a respeito da pandemia da Covid-19, intensificou os problemas históricos da sociedade brasileira, sobretudo no campo social, ocasionando impactos socioeconômicos e políticos. Diante dessa questão, é necessário combater o negacionismo e as *fakes news* propagadas, bem como fortalecer a perspectiva de

um governo capaz de enfrentar esta e outras possíveis crises sanitárias de forma eficiente, com atitudes embasadas na ciência, na valorização do SUS (Sistema Único de Saúde), prezando pelas normas constitucionais do país, valorizando a democracia e a vida da população.

## **Capítulo 2**

### **Principais efeitos da pandemia sobre o cotidiano dos/as trabalhadores/as**

## 2.1 Principais efeitos da pandemia sobre o cotidiano dos/as trabalhadores

Brasil, fevereiro de 2019: distanciamento social, uso de máscaras e álcool 70%, quarentena, *lockdown*, cuidados excessivos com a limpeza de casa e higiene pessoal. Estas foram algumas das medidas que começaram a fazer parte da rotina dos brasileiros como formas preventivas contra o coronavírus. Entretanto, a saúde, o autocuidado e a crise sanitária que se intensificou no Brasil não foram as únicas preocupações com o início da pandemia.

Em meio a esse caos a economia também foi atingida, agravando uma crise econômica já existente no país desde 2008, reverberando suas consequências no mercado de trabalho e no dia a dia da população. A macroeconomia, gerada na quarentena, trouxe desafios para os agentes econômicos, pois a crise financeira foi intensificada devido à queda da atividade econômica no país, impedindo a oferta de bens e serviços no mercado.

De acordo com um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), publicado em seu boletim “Emprego em Pauta” (2020.) que teve como referência a Política Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pandemia da covid-19 atingiu, em especial, os/as trabalhadores/as mais precarizados/as, ou seja, aqueles/as que percebem até um salário mínimo por mês; os/as trabalhadores/as domésticos/as; os/as trabalhadores/as informais; os/as menos escolarizados/as; os/as negros/as; e as mulheres.

Essa pesquisa qualitativa do DIEESE nos faz resgatar um dos aspectos do sistema capitalista que ganhou mais força durante o contexto pandêmico: a ideia de que para o capital tudo é mercadoria; tudo gira em torno dos imperativos da sua autorreprodução. Seja a força de trabalho ou a própria vida humana, a pandemia evidenciou a perversidade desse sistema, mostrando que por trás do discurso apresentado pelo Governo Federal, que pregava a defesa e luta pela economia brasileira – indo contra as recomendações sanitárias da Organização Mundial da Saúde –, tem-se, na verdade, o desvalor da vida da população, esta que de fato produz o valor e a mais-valia para o mercado.

Conforme já explicitado acima, o Brasil enfrentava uma crise financeira há anos, acarretando um nível elevado de desemprego e, como meio de subsistência, uma grande parte da sociedade recorreu à economia e aos trabalhos informais, por vezes, precarizados e sem nenhuma garantia trabalhista.

Indo para um contexto mais amplo, ressalta-se que o Brasil não é o único país que enfrenta a alta no desemprego, atingindo diretamente na vida dos/as trabalhadores/as. Segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), 195 milhões de empregos, aproximadamente, foram finalizados até o final de 2020. Contudo, uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2021, mostra que houve um aumento no número de brasileiros/as desempregados/as ultrapassando 15,2 milhões no primeiro trimestre deste ano. Diante do exposto, observa-se que o mercado de trabalho serve como um termômetro para a economia, isto é, se o mercado vai bem é sinal de que a economia está em alta. A mesma análise vale para o oposto.

As pessoas que conseguiram se manter em seus empregos formais, tiveram que adaptar-se às novas normas e dinâmicas impostas pelas empresas e/ou instituições. Há os/as que permaneceram no trabalho presencial, seja atuando na área da saúde na linha de frente no combate ao coronavírus, seja trabalhando em outros setores, como farmácias e supermercados. Esses/as profissionais, além de lidarem com toda a insegurança no trabalho presencial- principalmente aqueles/as que necessitam ter contato direto com o público, sentiram o efeito da pandemia na sua jornada de trabalho, onde, muitas vezes houve a redução da carga horária de trabalho e, conseqüentemente, a redução no salário mensal percebidos por eles/as.

No mesmo contexto, mas sob outra perspectiva, o trabalho remoto ou *home office*<sup>5</sup> - foi adotado por algumas empresas ou instituições como alternativa para não interromperem o seu funcionamento e diminuir os impactos financeiros causados pela pandemia, preservando, também, em contrapartida, a vida de seus/suas funcionários/as. Esta modalidade de trabalho virou rotina principalmente em escritórios e instituições de ensino de todos os níveis de formação, tanto na esfera pública quanto na privada, sendo necessária uma rápida adequação do trabalho pedagógico e administrativo aos meios tecnológicos e adaptação dos/as empregados/as e empregadores/as.

Os/as trabalhadores/as que migraram para o trabalho remoto, tiveram a jornada laboral alterada com um aumento excessivo na carga horária de trabalho diária e na demanda de trabalho estabelecida pelo empregador, acarretando danos na saúde física e mental. Com a precariedade desse modo de trabalho, a excessiva e abusiva carga horária de trabalho e

---

<sup>5</sup> *Home office* ou *escritório em casa*, também chamado de trabalho remoto, trabalho à distância ou teletrabalho, é uma tendência mundial que a cada ano ganha mais adeptos. Basicamente, trata-se de permitir que o colaborador trabalhe de qualquer lugar.



aumento das demandas, virou rotina o relato de trabalhadores/as que além de doenças psicológicas também sofreram com problemas na visão e lesões nas articulações, ossos, neurológicas, musculares e da coluna vertebral, por exemplo, devido ao uso excessivo do computador, a inadequação do mobiliário e de equipamentos, além de sequelas nas cordas vocais por necessitar falar muito em alguns tipos de atendimentos que seu trabalho exige. Ademais, foi necessário aprender a separar os tempos de trabalho e descanso/convívio familiar (que passaram a ocorrer nos mesmos ambientes), a equilibrar as atividades laborais com os afazeres domésticos e a regular os diversos estados afetivos que o isolamento acentuou.

Com a pandemia, mais uma desigualdade social ficou evidente no Brasil, pois nem todos/as tiveram a opção de ficar em casa trabalhando em *home office* seguindo as medidas de proteção. Geralmente, a fração da classe trabalhadora mais vulnerável não teve a opção de escolha, restando-lhes sair de casa e ficar mais exposta ao vírus, visto que, em sua maioria, moram longe do seu local de trabalho e se deslocam em transportes públicos que ficaram ainda mais superlotados.

Frente à conjuntura brasileira nesse cenário pandêmico e como uma tentativa de amenizar algumas mazelas ocasionadas pela pandemia, o Governo Federal Brasileiro concedeu o Programa Auxílio Emergencial (PAE), que foi instituído pela Lei nº 13.982, de abril de 2020. Este Programa tratava-se de um benefício financeiro destinado aos/às trabalhadores/as informais, aos desempregados, microempreendedores individuais (MEI), usuários/as do CadÚnico e as pessoas que já recebiam alguma transferência de renda do Governo Federal.

Freitas e Custodio (2020: p.5) fazem a seguinte análise sobre os impactos da pandemia:

A pandemia levou diversos entes federados a decretarem, a partir de março, medidas restritivas, como *lockdown* e suspensão de atividades escolares, provocando instabilidade em diversos setores da economia. O cenário de incertezas estava estabelecido, inclusive quanto ao agravamento do quadro da pobreza do país. Nesse contexto, em que era preciso encontrar rapidamente uma solução efetiva para a proteção financeira das famílias mais vulneráveis, foi publicada a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, a qual instituiu o Auxílio Emergencial de enfrentamento à pandemia da Covid-19. Para se ter uma dimensão do programa, ao longo de 2020, um total de 67,9 milhões de pessoas foram beneficiadas diretamente com o Auxílio Emergencial, o que representa cerca de 1/3 da população brasileira, considerada a população total estimada em 211.755.692 habitantes (IBGE/2020).

O artigo 2º da Lei que instituiu o PAE, dispõe que foi concedido ao público-alvo do benefício a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais), desde que cumprissem os seguintes requisitos (BRASIL, 2020):

Art. 2º Durante o período de 3 (três) meses, a contar da publicação desta Lei, será concedido auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

I - seja maior de 18 (dezoito) anos de idade, salvo no caso de mães adolescentes; (Redação dada pela Lei nº 13.998, de 2020);

II - não tenha emprego formal ativo;

III - não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado, nos termos dos §§ 1º e 2º, o Bolsa Família;

IV - cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até 3 (três) salários-mínimos;

V - que, no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e

VI - que exerça atividade na condição de:

a) microempreendedor individual (MEI);

b) contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social que contribua na forma do caput ou do inciso I do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; ou

c) trabalhador informal, seja empregado, autônomo ou desempregado, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até 20 de março de 2020, ou que, nos termos de autodeclaração, cumpra o requisito do inciso IV.

Desde a implementação desta política pública, cabe fazer uma análise crítica da sua efetividade. Ela foi muito importante para que houvesse um certo controle na economia brasileira frente à crise enfrentada pela sociedade naquele momento, contribuindo para a diminuição – ou até mesmo o combate – da fome em muitas famílias de extrema vulnerabilidade e no equilíbrio nas desigualdades de renda.

Entretanto, mesmo com os pontos positivos dessa política, faz-se necessário questionar se, de fato, atendeu às necessidades emergenciais da população, com a manutenção da dignidade humana, ou se foi apenas uma forma de “calar” a população para que não houvesse uma revolta e cobrança generalizadas contra o Governo Federal diante do descaso no enfrentamento da Covid-19.

Vários fatores sociais, biológicos e psicológicos colocam em risco a vida de uma pessoa. A saúde mental das pessoas foi extremamente e gravemente afetada durante a pandemia. A incerteza do que está por vir, a excessiva carga horária da jornada de trabalho, o

afastamento de entes queridos, o luto, a falta de estrutura para o trabalho remoto ou de equipamento de proteção individual (EPIs) para o trabalho presencial, o medo de morrer, o desemprego e a fome, são situações que podem levar a quadros como raiva, insegurança, frustração, medo, impotência e, mais grave ainda, a crise de ansiedade, depressão e crise de pânico.

O adoecimento mental nas relações laborais foi mais um dos efeitos decorrentes da pandemia que se tornou presente no cotidiano dos/as trabalhadores/as. Este adoecimento não pode ser analisado isoladamente, pois

assim como o trabalho, a saúde tem que ser compreendida por meio das relações que são estabelecidas em torno dela. Saúde não pode ser ausência de doença, ou um lugar mágico individual em que os problemas não são tão grandes. Saúde psicológica é indissociável de saúde física, uma vez que o organismo é um só (CRP-PR, 2021).

Dado o exposto, sabemos que a crise sanitária brasileira é anterior à epidemia, assim como o cenário crítico na economia. O surgimento do coronavírus evidenciou que as coisas não estavam tão boas assim antes, tendendo a piorar caso atitudes responsáveis, inteligentes, coerentes e com máxima urgência não sejam tomadas pelo Presidente e sua equipe ministerial. A população brasileira, por sua vez, na busca de superação desse cenário, deve intensificar a luta coletiva pela saúde pública, pelo cuidado com as pessoas e proteção aos direitos trabalhistas como marcos da relação entre administração pública e sociedade.

### **Capítulo 3**

## **Principais efeitos da pandemia sobre a educação superior**

Conforme já explicitado nos capítulos anteriores, em março de 2020, após a OMS decretar mundialmente o estado de pandemia da Covid-19, os chefes do Poder Executivo brasileiro iniciaram o processo para a contenção do coronavírus no país, ou seja, a necessidade de algumas medidas foi explicitada, a exemplo: a limitação da circulação de pessoas nas ruas, a interdição de atividades não essenciais e o necessário isolamento social da população, em especial daqueles/as que faziam parte de grupos de maior risco. Todavia, essa atitude dos governadores de estado foi permeada por tensões e resistências, sobretudo do Governo Federal, que tinha uma explícita postura negacionista acerca da pandemia e da negligência quanto às formas de prevenção.

No tocante ao Governo Federal, este trabalhava a partir da disseminação da dicotomia economia x prevenção, dando supostamente preferência à primeira condição e deixando a preservação da vida da população brasileira em segundo plano. Um dos exemplos dessa prática do Poder Executivo Federal, que se caracterizava como uma forma de violação de direito à saúde, foi o atraso na compra das vacinas para a covid-19 quando o processo de vacinação se iniciou pelo mundo, deixando o Brasil como um dos últimos países a iniciar a campanha de imunização.

Tudo isto fez com que mais mortes fossem registradas em decorrência do coronavírus. Cabe salientar que o papel dos governadores, em especial os da oposição ao governo federal, foi fundamental para todas as áreas de gestão da pandemia. Em muitos estados brasileiros, a crise pandêmica não foi mais gravosa devido à autonomia e iniciativa governamental local, pois alguns dos chefes do poder executivo estadual e municipal foram audazes na tomada de decisões com o objetivo de proteger o povo, mesmo sem o apoio e incentivo federal.

A educação, em seus distintos níveis e modalidades, foi um dos setores mais afetados com a pandemia e pelas medidas protetivas. Houve o fechamento das instituições públicas e privadas de ensino em todos os níveis para promover a contenção da propagação do vírus, o que, por conseguinte, isto influenciou no desenvolvimento da continuidade dos processos de ensino-aprendizagem (BOCA, 2020:p. 110).

De acordo com o Portal de acompanhamento da Covid-19, do Ministério da Educação (MEC), em julho de 2020, a maioria das Universidades Públicas Federais no Brasil teve as aulas presenciais da graduação interrompidas, outra pequena parte de se dividia entre a

realização de aulas remotas<sup>6</sup> por comunicações síncronas ou assíncronas<sup>7</sup>, fazendo uso de Tecnologias de informação e comunicação (TICs), e da realização de atividades híbridas (BRASIL, 2020).

A modalidade remota exigiu (e ainda exige) de docentes e de gestores/as educacionais uma perspicaz tomada de decisão para continuar e efetivar o processo de ensino-aprendizagem dos/as estudantes, bem como para se adaptarem à intensa utilização das tecnologias digitais como um meio didático-pedagógico.

Nesse contexto, as universidades públicas se depararam com duas questões. Primeiro: a recusa política histórica da modalidade a distância, e sua baixa adesão entre as instituições públicas de ensino superior, que a associavam negativamente à oferta em massa e muitas vezes de forma desqualificada nas instituições privadas, onde o ensino remoto, em 2019, teve um número maior de matrículas do que o ensino presencial (INEP, 2020). A segunda questão foi que as universidades públicas se depararam com o dilema da existência de um conhecimento precário sobre as condições e desigualdades sociais dos/as universitários/as, ligado à dificuldade de prestar assistência acadêmica individual a eles (INEP, 2020).

Em março de 2020, o Ministério da Educação, com o intuito de amenizar os prejuízos causados pela pandemia do coronavírus na educação, através da Portaria nº343, de 17 de março de 2020, autorizou por trinta dias a substituição de aulas de cursos presenciais por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e comunicação nos cursos que já estavam em andamento.

Tal possibilidade súbita da modalidade remota em cursos presenciais tinha como objetivo manter a rotina de estudos dos/as alunos/as, e estava válido para todo o sistema federal de ensino. Após o fim do prazo inicial de 30 dias para o uso da modalidade, a medida foi prorrogada através de outras portarias ministeriais, obedecendo a orientações do MEC e a diretrizes do Ministério da Saúde (MEC, 2020).

O Brasil é um país onde as desigualdades sociais e econômicas são questões históricas a serem enfrentadas. A crise pandêmica que foi disseminada mundialmente desde fevereiro de

---

<sup>6</sup> Podemos definir as aulas remotas, de forma simples, como conteúdos que são produzidos e disponibilizados no meio virtual, acompanhando as aulas online que acontecem em tempo real, ministradas pelos professores. Em regra, esse modelo de ensino é utilizado como uma alternativa diante da necessidade de interrupção do formato presencial. Essa é uma estratégia adotada pelas instituições com a finalidade de não prejudicar o progresso escolar dos discentes.

<sup>7</sup> Comunicações síncronas trata-se do contato direto entre o emissor e o receptor; enquanto as comunicações assíncronas são atemporais, isto é, o emissor faz o envio da mensagem, mas não necessariamente o receptor irá recebê-la ou visualizá-la imediatamente (BLOG VAIPE, 2020).

2020, fez com que a estrutura social, econômica, a saúde, o lazer e a educação no Brasil passassem por adequações para a sociedade se adaptar a este novo cenário. Essa nova realidade trouxe à tona uma demanda que estava (até então) oculta para muitos/as brasileiros/as: as desigualdades também tecnológicas, provenientes da exclusão digital.

O país apresenta fortes desigualdades sociais, culturais, digitais e econômicas que se refletem diretamente na educação, principalmente quando se busca a qualidade no ensino. Neste contexto, ela se torna um privilégio de poucos, alcançado, em especial, por aqueles/as que detém um poder aquisitivo maior. As deficiências ocasionadas pela má distribuição de renda e pela ausência de tantos brasileiros/as nas instituições de ensino, são frutos de políticas voltadas para uma educação mercadológica e não para uma educação emancipadora.

Nessa conjuntura, a rede privada encontrou rapidamente algumas soluções que necessitavam de abundantes recursos financeiros, o que, para as instituições públicas de ensino, foi muito mais difícil. A rede federal de educação superior, que abrange universidades e institutos federais, vem sofrendo sucessivos cortes orçamentários, bloqueios financeiros e políticas de contingenciamento que perduram, pelo menos, desde a última década, mas que foram intensificadas pelo atual governo federal. Trata-se de uma expressiva fissura nos recursos, atingindo diretamente as Universidades Públicas Federais e impactando na continuidade dos projetos de pesquisas e extensão desenvolvidos pela rede federal de ensino, além de inviabilizar o acesso e permanência estudantil (ANDES, 2022).

No ano de 2022 mais um corte foi determinado, e esta restrição orçamentária teve como justificativa, por parte da União, o reajuste salarial de todo funcionalismo público federal em 5%, o que é uma atitude sem fundamento. À vista disso, a SINDIEDUTEC afirma:

Esta é uma medida absurda e injustificável. Alegadamente, o orçamento cortado é o discricionário, que não envolve o vencimento dos servidores, transformando o argumento em chantagem. Fora isso, a defasagem da renda dos servidores é bem maior que 5%. Em terceiro lugar, de acordo com o já aprovado pela LOA 2022, os orçamentos previstos para todas as pastas seriam, a partir de uma interpretação muito enviesada e mal-intencionada, suficientes para o ano – considerando o teto de gastos que não prevê reajustes nos investimentos somado à inflação estonteante desse governo que opera pela lógica da necropolítica, da manutenção da desigualdade para permanência no poder.

Tudo isso afetou intensamente a qualidade de ensino ofertado pelas instituições públicas aos estudantes, resultando em um aprendizado transpassado por dificuldades e pelo aumento das desigualdades sociais existentes dentro dos muros universitários.

Assim, considerando as problemáticas que permeiam as desigualdades sociais e a exclusão digital, é evidente que os impactos se tornaram maiores para os/as alunos/as do sistema público que não têm acesso à internet<sup>8</sup> em suas residências.

É importante reafirmar o papel das políticas públicas educacionais no Brasil quanto à minimização das desigualdades sociais e exclusão digital nas instituições. Logo, para dar prosseguimento às atividades acadêmicas, diversas instituições federais promoveram políticas assistenciais dirigidas aos/às estudantes, oferecendo meios tecnológicos para que pudessem ter condições de acompanhamento das aulas remotas. Tais auxílios – mesmo que em muitos casos, insuficientes – convergiram para a busca da garantia do direito do/a estudante à educação, pautado no princípio da equidade<sup>9</sup>.

No início de 2022, após dois anos de pandemia, as instituições federais de ensino superior começaram a analisar a possibilidade de retorno das aulas presenciais. Em manifestação a esta vontade, o MEC se pronunciou sendo favorável à decisão do retorno presencial das atividades acadêmicas, disponibilizando protocolos de biossegurança tanto para a educação básica quanto para a educação superior, disponíveis no site do MEC, e reforçando o artigo 207 previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, que dispõe sobre a autonomia das universidades (BRASIL, 2022):

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (CF, 1988).

Para que este retorno se concretizasse, foi necessário que fossem realizadas muitas reflexões e estudos, visto que ainda hoje perduram na sociedade impactos causados pelo coronavírus. Uma das condições determinantes para esta decisão foi a vacinação da Covid-19 ainda estar em andamento e ter alcançado um bom número de vacinados.

Vale sinalizar aqui que os/as profissionais da educação, por exemplo, já estão imunizados/as com a dose de reforço da vacina. Entretanto, ainda são necessários cuidados

---

<sup>8</sup> Importante dizer que não era somente a questão estrutural das empresas provedoras de internet em lugares de periferia e em muitos outros locais. A exclusão digital nesse caso, incluía o não acesso a dispositivos como laptops, tablets e nem mesmo smartphones, assim como a softwares. Além destes elementos, muitos/as alunos/as do sistema público sequer dispunham de pacotes domiciliares de internet ou móveis, por insuficiência de recursos financeiros. Vale dizer ainda que o Estado brasileiro não compreende em seus diferentes níveis de governança, que o acesso à internet pública e gratuita pode ser um instrumento de promoção da cidadania.

<sup>9</sup> O conceito de equidade considera as diferenças como elemento essencial para a eficácia da igualdade. Esta concepção passa a ser a justiça aplicada no caso particular, ou seja, a justiça contextualizada e individualizada. O conceito de equidade, tornou-se um dos fundamentos para a justiça social que ao longo de décadas tem balizado políticas e lutas para a construção de uma sociedade melhor. Para Aristóteles, seguir o conceito de equidade significa que: “Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade” (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social).



preventivos, pois diversas variantes do coronavírus continuam surgindo, o que gera incertezas e insegurança acerca de um possível fim da pandemia e seus efeitos para a educação. Toda a comunidade acadêmica (alunos/as, professores/as, diretores/as, reitores/as, técnicos/as administrativos/as e terceirizados/as) tem estimulado o uso obrigatório da máscara e foi recomendado apresentar o comprovante de vacinação completa contra Covid-19 (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

A pandemia trouxe muitos desafios e novos aprendizados para professores/as, estudantes, técnicos/as administrativos/as e instituições de ensino superior. As dificuldades vencidas desde o ano de 2020 podem servir como base para um trabalho futuro mais estruturado e seguro, contudo, ainda é precoce para que o ensino remoto seja abandonado por completo de perspectiva, bem como as medidas sanitárias profiláticas, pois a situação sanitária ainda está insegura e instável no país. Tudo isso traz reflexos para os outros setores institucionais. As universidades precisam estar em constante análise crítica do cenário pandêmico no Brasil, com o objetivo de garantir a segurança e saúde de toda a comunidade acadêmica, mudando as estratégias de ação, se assim for necessário.

## **Capítulo 4**

### **Os efeitos da pandemia de coronavírus 19 sobre a saúde de assistentes sociais que atuam na educação superior**

#### **4.1. A pandemia de coronavírus 19 e seus efeitos em assistentes sociais atuantes na educação superior: apresentando o campo**

O campo de pesquisa escolhido para esta monografia foi a Coordenação de Estágio e Extensão<sup>10</sup> numa universidade pública, onde no mês de maio de 2022 foi realizada uma pesquisa de campo qualitativa, descritiva e analítica. Ela aconteceu através de entrevistas semiestruturadas com os/as assistentes sociais da Coordenação. Foram entrevistados/as três profissionais: Ana Maria (nome fictício), Antonio de Lima (nome fictício) e Larissa Silva (nome fictício)<sup>11</sup>, que compartilharam as suas experiências profissionais na instituição, destacando questões importantes do trabalho e da saúde anteriores à pandemia e, também, após o início do contexto pandêmico.

Sendo, os efeitos da pandemia de Sars cov-19 na saúde dos/as assistentes sociais atuantes na educação de ensino superior, o eixo central do objeto de pesquisa deste trabalho, busquei como público-alvo desta análise os/as profissionais da própria IES onde estudo, por eu ter uma maior proximidade com o setor institucional em questão e mais facilidade em contactar os/as entrevistados/as. Ademais, o contexto epidemiológico, social e econômico na ocasião não estava favorável para que a pesquisa alcançasse um número maior de assistentes sociais entrevistados/as, principalmente externos, partindo do pressuposto, também, de que eu encontrava-me já fora do estado do Rio de Janeiro (de volta ao Pará, meu estado de origem) desde o início do agravamento da pandemia no Brasil e durante a escrita deste TCC.

Sendo assim, o convite para participar da entrevista foi feito através de uma carta-convite enviada por e-mail a quatro assistentes sociais. De um modo geral, essa carta era composta de uma apresentação e identificação pessoal minha, identificação do orientador acadêmico, o motivo do envio da carta-convite, exposição do objetivo geral e do objeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, informações breves do formato e forma de condução da entrevista- que foram realizadas de forma remota via plataforma *Google Meet* e que, posteriormente, seria feita a transcrição e análise do conteúdo obtido. A carta continha ainda a minha motivação para a escolha deste público-alvo e agradecimento pela participação.

---

<sup>10</sup> Setor responsável por todos procedimentos administrativos e didático-metodológicos referentes às ações de extensão e às atividades de estágio. A Coordenação tem como público-alvo os discentes, docentes, supervisores de campo, supervisores acadêmicos e integrantes da gestão institucional.

<sup>11</sup> Embora alguns dos entrevistados tenham concordado com a utilização do seu nome de registro, optamos após uma discussão pelo uso de pseudônimos. O emprego de pseudônimos visa a proteção das identidades dos/as trabalhadores/as e, principalmente, atender a necessidade de tornar este debate público e não uma discussão de opiniões individuais apenas.

Todos/as os/as contactados/as se disponibilizaram a participar em dias e horários individuais marcados em comum acordo entre as partes (discente/entrevistadora e assistente social/entrevistado/a), entretanto, devido a imprevistos pessoais da entrevistadora e um escasso tempo disponível na agenda profissional, a pesquisa não foi realizada com uma das assistentes sociais convidada.

Essa questão de tempo disponível na agenda dos/as entrevistados/as foi um ponto difícil para a concretização dessa parte importante para a conclusão do meu trabalho. Devido a alta demanda de trabalho do setor, alguns entraves e as diversas frentes de trabalho exercidas pelo grupo de assistentes sociais da Coordenação de Estágio e Extensão, foi necessária uma grande flexibilidade e modificações nos dias e horários que, a princípio, foram marcados com as profissionais Ana Maria e Larissa que participaram da pesquisa, porém esta situação não ocorreu com o assistente social Antonio.

A primeira entrevista marcada foi com a assistente social Larissa, porém no dia e hora marcados, a conversa não pôde ser concluída, pois a todo momento a conversa (que foi iniciada, mas não foi adiante) era interrompida e apresentava falhas na comunicação devido à rede de internet da faculdade não possuir na ocasião uma boa conexão capaz de atender com alta qualidade todos/as que necessitassem do serviço - um dos exemplos do descaso do Poder Público Federal com a educação brasileira, que é intensificado com os constantes cortes orçamentários e financeiros<sup>12</sup> das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior-, sendo necessário remarcar para o dia seguinte.

Neste segundo dia, tudo fluiu bem e em conformidade com o que havia sido planejado com antecedência. As demais entrevistas foram conduzidas com êxito, não havendo nenhum contratempo. Sinalizo que todas as conversas para coletar informações para a pesquisa de campo foram norteadas por um roteiro de perguntas (em anexo) previamente elaborado com questões pertinentes à saúde física e mental e às condições de trabalho dos/as assistentes sociais anteriores à pandemia até a conjuntura atual no Brasil, e duraram, aproximadamente, uma hora e quinze minutos cada uma.

---

<sup>12</sup> “Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos orçamentários (dotação ou autorização dos gastos) consignados na Lei Orçamentária Anual- LOA-. Por sua vez, a execução financeira representa a utilização de recursos financeiros (dinheiro) seguindo uma programação financeira.” (UFU/MEC)

## **4.2. Assistentes sociais na educação superior e sua saúde no contexto pandêmico: um estudo a partir da Coordenação de Estágio e Extensão de uma universidade pública**

### 4.2.1. As condições de trabalho anteriores à pandemia na Coordenação de Estágio

Do ponto de vista da identidade de gênero, o grupo entrevistado por esta pesquisa se autoclassificou como femininas (duas) e masculino (um) e considerando a raça/cor, as assistentes sociais (femininas) se identificaram como pardas e o assistente social como branco.

O tempo de graduação em Serviço Social variou de 11 a 18 anos e se deu em instituições universitárias federais.

Quanto às experiências profissionais anteriores à Coordenação de Estágio e Extensão, uma das assistentes sociais atuou em uma unidade militar, outra assistente social trabalhou na política estadual de segurança pública e na política de assistência social em alguns municípios do interior do estado do Rio de Janeiro (RJ). O assistente social trabalhou numa unidade de saúde da UFRJ.

A rotina de trabalho dos/as assistentes sociais da Coordenação de Estágio e Extensão é bastante dinâmica e muito produtiva. Ao serem perguntados a respeito dos horários de trabalho antes da pandemia na Coordenação, todos/as os/as entrevistados/as relataram que essa é uma questão que não possui uma resposta exata, pois trabalham de acordo com as muitas demandas que a instituição apresenta.

Contudo, eles/as relataram que, em geral, a carga horária de trabalho semanal varia em torno de 30 horas semanais- conforme é previsto na Lei Federal nº12.317 de 26 de agosto de 2010, que estabeleceu a carga horária de trabalho máxima dos/as assistentes sociais em 30 horas semanais-. A assistente social Ana Maria pontuou que antes do contexto pandêmico, os/as profissionais, geralmente, trabalhavam quatro dias da semana, fato este que mudou com o surgimento da pandemia quando passaram a ter uma rotina de cinco dias de trabalho semanais.

Cabe ressaltar que o/a assistente social Antonio de Lima dividia o seu tempo de trabalho entre as funções de docência e de Coordenação do estágio dessa instituição de ensino.

Ao grupo foi perguntado quais eram os objetivos institucionais e profissionais que lhes foram colocados na Coordenação e na faculdade, e cada profissional entrevistado/a apresentou os principais objetivos do setor.

A assistente social Larissa informou que ao ingressar na instituição, no ano de 2018, foi recebida pela direção da faculdade, e que em algumas reuniões foram apresentadas as demandas de trabalho da Coordenação de Estágio e Extensão, onde havia sido sinalizada a necessidade de um projeto de extensão que fosse na área da saúde, uma vez que a maioria dos campos de estágio do curso de Serviço Social desta universidade são na área da saúde. Sendo assim, a assistente social assumiu a função de coordenadora desse projeto específico. Somado a isso, havia as outras atividades desenvolvidas pela Coordenação, além da atuação na supervisão de estagiários/as de Serviço Social, pois a Coordenação de Estágio e Extensão também é um campo de estágio supervisionado.

Como objetivos institucionais e profissionais iniciais, a assistente social Ana Maria pontuou que a Direção e a Coordenação da instituição lhe demandaram uma frente de trabalho mais voltada para a Coordenação das atividades de extensão<sup>13</sup>, tendo como primeira demanda a articulação da viabilidade de um projeto de extensão em um dos *campus* desta universidade pública localizado no município de Duque de Caxias/RJ.

Houve também a necessidade de inserção em um projeto existente na faculdade de Serviço Social chamado *Comissão de Acessibilidade*, que atende a discentes com diversos tipos de deficiência que são estudantes de Serviço Social, bem como, do *campus* universitário como um todo, incluindo parcerias de trabalho com profissionais e estudantes de outras faculdades e institutos da universidade. Ademais, cabia à Ana Maria também dar suporte às atividades regulares da Coordenação de Estágio<sup>14</sup>.

Por sua vez, o/a assistente social disse que os objetivos institucionais se vinculam à construção de uma formação acadêmica de qualidade em nível de graduação e pós-graduação, envolvendo a formação de um/a profissional crítico/a e capacitado/a para o mercado de trabalho.

---

<sup>13</sup> “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade. Assim definida, a Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere” (ESS/UFRJ).

<sup>14</sup> A Coordenação de Estágio é um setor da Escola de Serviço Social responsável por articular, estimular e efetivar a abertura de convênios de campos de estágio para os discentes em fase de realização de estágio, além de fazer a divulgação das vagas no Mural de Estágios (ESS/UFRJ).

No que tange à Coordenação de Estágio e Extensão, foi informado por ele, que ela segue os mesmos princípios e objetivos gerais da faculdade de Serviço Social<sup>15</sup> em conjunto com as especificidades que a inserção do estágio demanda.

Foi observado pelos/as assistentes sociais que esses objetivos institucionais e profissionais estão relacionados com a política de educação superior, no sentido de uma democratização do acesso e permanência dos/as estudantes na universidade.

Para o enfrentamento desses desafios, recorre-se às análises de pesquisas que foram feitas sobre evasão de alunos/as de universidades públicas e a vivência profissional no setor, onde os/as profissionais do Serviço Social identificaram que muitos/as discentes saíram da graduação nos anos finais de curso, que envolve estágio e TCC. É importante considerar que este fenômeno ocorre muitas vezes por conta das dificuldades inerentes à necessidade de conciliar relações de trabalho remunerado, estudo, relações familiares, trabalho doméstico, maternidade/paternidade, entre outros desafios.

É comum também que os/as estudantes mais próximos/as da conclusão do curso - trabalhadores/as remunerados/as ou não - encontrem mais dificuldades para o deslocamento para a universidade (trânsito, violência urbana, conciliação com horários de estágio, entre outros).

Por outro lado, as dificuldades relacionadas à inserção e permanência nos campos de estágio se configuram como um aspecto importante da evasão, já que nem sempre há vagas de estágio disponíveis para todos/as e nem sempre estas vagas são remuneradas ou pressupõem exigências conciliáveis com as condições materiais de vida do alunado.

Assim, a prática profissional está voltada para a compreensão da realidade desses/as discentes - em especial do/a aluno/a-trabalhador/a<sup>16</sup>, buscando a ampliação das vagas de estágio e de extensão, na busca por uma educação e formação de qualidade e da permanência dos/as estudantes na faculdade, até a conclusão do curso.

---

<sup>15</sup> A Escola de Serviço Social da UFRJ tem como objetivo geral “a promoção e disseminação do conhecimento humanista, através do ensino, da pesquisa e da extensão, dentro de um ambiente de livre debate das ideias, formando profissionais comprometidos com a qualidade do serviço que presta e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional, com um perfil que se constitua no entrecruzamento de criticidade, competência e compromisso sociocêntrico” (ESS/UFRJ).

<sup>16</sup> Especialmente os/as alunos/as que têm jornadas de trabalho regulares de 8 ou mais horas diárias, a viabilidade do estágio durante a semana fica bastante comprometida. Para esses/as a opção mais viável tem sido historicamente a inserção em estágios de final de semana, mas nos últimos anos, a existência de instituições que ofereçam estas oportunidades diminuiu drasticamente.

Outro ponto da pesquisa foi acerca das atribuições profissionais. Estas foram descritas, como estando de acordo com as demandas instituídas (aquelas que a Direção da instituição apresenta para os/as assistentes sociais) e as demandas instituintes (demandas que se apresentaram na realidade e que os/as profissionais mesmos/as, identificaram como pertinentes no decorrer do exercício profissional).

Deste modo, os/as assistentes sociais exemplificam algumas de suas atribuições que são comuns para todos/as na Coordenação: atendimento individual e coletivo aos/às estudantes no período de estágio e, em alguns casos, antes do período de estágio e aos/às que ainda não conseguiram ingressar no estágio; realização de oficinas temáticas,<sup>17</sup> trabalho de socialização das informações pertinentes ao estágio nas turmas da disciplina Ética Profissional, pois esta é uma disciplina que é pré-requisito para que o/a estudante possa dar início ao estágio.

Antes da pandemia, também eram realizadas visitas institucionais presenciais aos campos de estágio vinculados à esta universidade<sup>18</sup> para conhecer e também fazer abertura de contratos<sup>19</sup>; supervisão dos/as estagiários/as da própria Coordenação; realização de oficinas com informações sobre os planos de estágio, sobre legislações, normas e diretrizes relativas à prática de estágio; inserção em projetos de extensão<sup>20</sup>; atividades cotidianas na Coordenação de Estágio e Extensão; assessoria a supervisores/as acadêmicos/as (docentes); elaboração de parecer acerca de cada um dos projetos de extensão existentes na faculdade de Serviço Social.

Dentre essas atividades, a assistente social Ana Maria e o assistente social Antonio, apresentaram algumas atribuições particulares que possuem em decorrência das especificidades no trabalho. Ela, faz parte da *Comissão de Acessibilidade*, onde conduz reuniões mensais com as Pessoas com Deficiência (PCD), com representantes da Diretoria de

---

<sup>17</sup> Estas oficinas temáticas são trabalhos realizados entre estagiários e supervisores de estágio da Coordenação de Estágio da ESS, onde, em conjunto, realizam a produção de materiais informativos para o compartilhamento nas páginas de internet oficiais da ESS, com o intuito de divulgar aos discentes informações acerca dos processos para a realização de estágio.

<sup>18</sup> Neste caso, trata-se de espaços institucionais que possuem estagiários/as de outros cursos, que não o Serviço Social. As visitas buscam assim avaliar e construir a possibilidade de vagas também para estagiários/as de Serviço Social.

<sup>19</sup> Para que um/a aluno/a possa estagiar numa instituição que tenha um efetivo vínculo contratual com a UFRJ e, além disso, cada aluno/a individualmente é inserido/a num Termo de Compromisso entre a IES e o campo de estágio.

<sup>20</sup> Projetos de extensão são aqueles que ampliam a atuação e conhecimento do universitário para além das salas de aula. Isto é, a articulação prática do conhecimento científico do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade está inserida, buscando transformar a realidade social.



Acessibilidade (DIRAC), com bibliotecárias da Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), com os/as demais parceiros/as do projeto e com outras pessoas que desejem participar dos encontros, além de atender individualmente os/as discentes PCDs que necessitem expressar alguma demanda relativa ao processo ensino/aprendizagem, fazendo articulações com outras instâncias da faculdade e com outros setores da universidade como um todo, que se façam necessários.

Por sua vez, o assistente social, que atuava como coordenador de estágio, reforça que mesmo assumindo uma função na área da gestão, não deixava de realizar atribuições destinadas a assistentes sociais de uma forma geral. Ambas as tarefas estão vinculadas entre si. Porém, as funções específicas de assistente social-coordenador envolvem reuniões de gestão, do Conselho Diretor, do Conselho Departamental<sup>21</sup>; bem como as atividades administrativas da própria Coordenação, que exigem, por exemplo, a realização de avaliação anual dos servidores/as técnicos-administrativos/as da Coordenação de estágio e, após isso, seu envio para a Reitoria. Há, também, a representação da Coordenação de Estágio em eventos e atividades. Ele também desenvolve um projeto de extensão juntamente com outra assistente social da Coordenação.

O trabalho na Coordenação de Estágio e Extensão para o grupo, tem pontos positivos e alguns desafios. Como ponto positivo ressaltado, há a realização de um acolhimento e acompanhamento de alunos/as, docentes e supervisores/as de campo, tendo um retorno de que essas práticas são importantes para eles/as.

Ademais, apontou-se como positiva a participação ativa em projetos de extensão e a troca que acontece com os/as alunos/as na execução destes projetos, além de o aprendizado adquirido ser muito enriquecedor do ponto de vista profissional. Na *Comissão de Acessibilidade*, foi destacado como importante também o fomento à construção progressiva da política de acessibilidade nesta instituição universitária, visando à promoção da equidade na comunidade acadêmica.

Os desafios presentes, são as lacunas existentes com relação à acessibilidade, tendo em vista que esta é uma discussão recente na instituição e que ainda requer muito trabalho para ser concretizado.

---

<sup>21</sup> “O órgão consultivo da Escola é o Conselho Departamental (CD), a ele compete assistir a Diretoria no estudo de qualquer matéria que for submetida à sua apreciação; coordenar os planos de trabalho propostos pelos Departamentos; harmonizar os horários de trabalho propostos pelos Departamentos; sugerir medidas e providências relativas ao ensino e à pesquisa e outras competências” (ESS/UFRJ).

Na Coordenação de estágio, observou-se como principal desafio a reorganização do trabalho do Serviço Social, principalmente no "pós-pandemia", pois houve uma perda muito grande de campos e vagas de estágio no período pandêmico, principalmente em razão da necessária medida de afastamento dos/as estagiários/as dos campos de estágio adotada, visando à proteção sanitária dos/as mesmos/as. No período de maior exigência de isolamento social da pandemia, alguns campos de estágio optaram pelo envolvimento de profissionais e estagiários/as em atividades remotas, mas a maioria optou pelo afastamento total dos/as estudantes.

Tal quadro repercute mesmo atualmente, quando a demanda por campos de estágio aumentou num cenário em que muitos campos de estágio ainda não voltaram a absorver estudantes, criando um gargalo muito grande nesta etapa da formação de graduação e deixando mais difícil a inserção dos/as discentes no estágio supervisionado, em especial do/a aluno/a trabalhador/a<sup>22</sup>.

#### 4.2.2. As consequências da pandemia de covid-19 para o trabalho de assistentes sociais da Coordenação de Estágio e Extensão

A chegada da pandemia de Covid-19 no mundo já era de conhecimento de todos/as os/as entrevistados/as, pois havia uma grande movimentação de notícias sobre o coronavírus nas mídias sociais e nos veículos jornalísticos desde o final de 2019. Vale destacar a assistente social Ana Maria, que, neste sentido, informou que tem um interesse particular pelo processo saúde-doença o que permitiu que acompanhasse com mais afinco as notícias divulgadas desde o final do ano 2019, em especial pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por isso já imaginava que a disseminação do coronavírus chegaria ao Brasil em 2020, só não acreditava que fosse ganhar a proporção que ganhou no decorrer do tempo.

Em relação aos trabalhos e atividades desenvolvidas na universidade, destacando a Escola de Serviço Social, os/as profissionais foram informados/as pela gestão institucional no final da primeira quinzena de março de 2020 – início do período letivo acadêmico – de que precisavam interromper os trabalhos presenciais imediatamente naquele momento, pois havia se instaurado no Brasil a pandemia do coronavírus, o que ocasionou num primeiro

---

<sup>22</sup> Quando nos referimos a alunos/as trabalhadores/as vale destacar a situação de muitas alunas que realizam trabalho doméstico focado no cuidado dos/as filhos/as e que não tem com quem deixá-los no período do estágio.

momento o fechamento da maior parte das atividades e setores institucionais, permanecendo de forma presencial apenas os serviços essenciais.

Essa atitude emergencial, a princípio, foi pensada como um mecanismo adotado que teria um período breve de duração, porém, diante da incerteza gerada em todos e da gravidade em que a pandemia se tornou, a interrupção das atividades *presenciais* na Escola de Serviço Social durou aproximadamente dois anos.

Em meio a esse contexto, todos/as os/as profissionais da instituição tiveram de adaptar em tempo curto uma estrutura tecnológica e logística domiciliar para a realização de seus trabalhos em suas casas. O *home office* também foi uma alternativa instituída para que se continuasse o trabalho dos/as assistentes sociais da ESS. Para isso, foi necessário que fizessem algumas reconfigurações no ambiente doméstico: reservar um espaço da casa onde fosse mais tranquilo e fosse possível realizar atendimentos aos usuários com alguma qualidade, incluindo a necessidade do sigilo profissional,<sup>23</sup> utilizar o mobiliário e os equipamentos próprios já disponíveis na casa, tais como: mesas, cadeiras de escritório ou não, computadores, celulares, materiais de papelaria e expediente, impressoras, além de condicionadores de ar.

Foi ainda necessário investir em uma boa iluminação naquele ambiente de trabalho improvisado e melhorar a qualidade dos serviços de internet residencial com recursos financeiros próprios. Vale registrar que todos esses investimentos foram realizados sem qualquer aporte financeiro oriundo da universidade, do MEC ou do Ministério da Ciência e Tecnologia<sup>24</sup>.

É importante ressaltar que mudanças no modo de execução do trabalho e em algumas atitudes tomadas de forma emergencial e, muitas vezes, precárias, foram necessárias para que o processo de formação acadêmica dos/as estudantes não parasse por tempo

---

<sup>23</sup> “Capítulo V- Do Sigilo Profissional. Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional. Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. Parágrafo único Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário. Art. 17 É vedado ao/a assistente social revelar sigilo profissional. Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade. Parágrafo único A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento” (CEP-CFESS, 1993).

<sup>24</sup> Neste sentido, a UFRJ limitou-se a distribuir dispositivos de internet portáteis e a oferecer aos docentes temporariamente acesso ao aplicativo *Google Meet* destinado à realização das aulas remotas. Para os alunos/as também foram distribuídos dispositivos móveis de acesso a internet.

indeterminado, ocasionando mais prejuízos aos/as discentes, em especial para aqueles/as que estavam em fase final de curso.

Para toda e qualquer intervenção realizada coletivamente pelos/as assistentes sociais, antes era feita uma análise da conjuntura e embasava-se em fundamentações teóricas e legais previstas em regulamentação do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS, nas normativas expedidas pela Reitoria da Universidade, assim como no Código de ética e no projeto ético-político da profissão. Essa prática com viés crítico da realidade foi fundamental para atender ao menos parcialmente às demandas do corpo discente com eficiência, eficácia e efetividade em um contexto muito difícil em todo o país. Vale registrar que isso foi feito muitas vezes à custa do sacrifício

Esse conjunto de mudanças estruturais, institucionais, profissionais, domésticas e sanitárias causadas pela pandemia de Sars Cov-19 na vida dos/as brasileiros/as somado ao isolamento social e a um cenário político desalentador, desencadeou em uma série de complicações na saúde física e mental da população de uma forma geral.

Os/as três profissionais entrevistados/as relataram que não tiveram adoecimento mental em decorrência das mudanças exigidas e do mal que o coronavírus causou na população em geral, mas pontuaram que não ficaram ilesos das mazelas da pandemia. Em consequência da nova realidade vivida por todos/as, a carga horária e as demandas de trabalho aumentaram, trazendo consigo novos desafios e tensionamentos a serem enfrentados dia a dia.

Com isso, todos/as eles/as relataram sentir um intenso cansaço físico e mental, maior do que o que já sentiam antes da pandemia e um estresse acentuado por conta dessa nova realidade que afetou, inclusive, a vida doméstica deles.

Em contrapartida, esse adoecimento mental – principalmente a ansiedade – foi percebida em vários/as estudantes<sup>25</sup> com os/as quais os/as assistentes sociais tiveram contato. Em geral, estes/as necessitavam de um atendimento e um olhar mais atento e cuidadoso com esses/as usuários/as que procuravam regularmente o Serviço Social da Coordenação,

---

<sup>25</sup> O grupo Vivências Estudantis, da PR7, foi criado justamente para auxiliar no enfrentamento desta demanda. O grupo é um espaço on-line de acolhimento, apoio e orientações sobre a saúde mental disponibilizado aos/as discentes da UFRJ, que reúnem-se uma vez por semana (PR7).

alguns/algumas deles/as com diagnóstico médico de depressão, ansiedade e outras formas de adoecimento mental.

Quanto à saúde física, uma assistente social relatou que, pelo aumento das atividades profissionais<sup>26</sup>, adquiriu alguns problemas. Ela teve aumento de peso, colesterol elevado, aumento da glicose, memória seletiva e complicações na garganta<sup>27</sup>.

Com a intenção de diminuir ou não sofrer impactos na saúde devido a pandemia, os/as entrevistados/as incluíram em suas rotinas diárias, cada um com sua disponibilidade de horários, algumas medidas preventivas, além das recomendadas pela OMS, como a prática de atividades físicas ao ar livre (fora do período de *lockdown*), momentos de lazer em casa com a família, tentativas de condução da vida com mais leveza e, até, em casos extremos “abstração” de alguns problemas, bem como uma alimentação mais saudável.

No entanto, mesmo todas estas tentativas de autocuidado por vezes se mostraram insuficientes em um contexto mais amplo, em que Antônio, Ana Maria e Larissa tiveram a mesma percepção: a de que a maioria das pessoas no país, de alguma forma, sentiram o impacto da pandemia. Muitos/as têm sequelas físicas e mentais até hoje.

A sensibilização pelas notícias que saíam diariamente nas mídias sobre o aumento progressivo de mortos/as e infectados/as (incluindo assistentes sociais), a demora da vacinação e a má gestão da pandemia pelo governo federal, a preocupação necessária e constante com a saúde e com a prestação de cuidados diversificados a familiares e amigos/as, e com a preservação da própria saúde, foi algo em comum entre os/as assistentes sociais.

Ademais, a fragilidade existente no ápice do caos pandêmico e a ansiedade em saber se dariam conta do volume diário, muitas vezes desconhecido<sup>28</sup> e constante de trabalho e dos atendimentos das demandas geradas, foram sentimentos expressos por todos eles/as.

As atividades administrativas e acadêmicas da Escola de Serviço Social, incluindo as aulas, foram repensadas e reconfiguradas desde a recomendação do isolamento social no

---

<sup>26</sup> Este aumento das atividades profissionais se deu não apenas pela inauguração de novas atividades, como pelo prolongamento do número de horas efetivamente dedicadas ao trabalho, potencializado pelo trabalho remoto (horas em redes sociais, lives e outras).

<sup>27</sup> Além destes problemas, outros/as profissionais e estudantes da ESS relataram quadros de cefaleia e problemas oftalmológicos decorrentes do uso intensivo de telas com luz azul, problemas ósseos e musculares por conta da permanência por longos períodos em mobiliário inadequado à realização dessas atividades, entre outros.

<sup>28</sup> Os/as profissionais tiveram que aprender em tempo recorde a operar novos softwares e aplicativos, além de novas linguagens e habilidades profissionais para se adequarem às necessidades do trabalho remoto.

Estado do Rio de Janeiro, em 2020. Assim, a maioria das atividades de trabalho foram exercidas de forma remota emergencial por um ano e meio aproximadamente, seguindo para atividades híbridas a partir do final do ano de 2021 e, por fim, no começo de 2022, após o avanço da vacinação contra a Covid-19 na população em geral e o relativo controle de casos diagnosticados e de mortes causadas pelo coronavírus, houve o retorno das atividades presenciais. Destaca-se aqui que a Reitoria da universidade e Direção da Escola de Serviço Social não descartam até o momento a possibilidade de retorno à forma remota, caso haja necessidade dela em decorrência de indícios de um novo agravamento da pandemia.

Os/as profissionais da Escola de Serviço Social enfrentaram muitos desafios para a efetivação dos objetivos institucionais e profissionais em face das novas condições e a atual conjuntura do país. A crise na saúde afetou diretamente todos os outros setores, reverberando como um todo na política de educação. Além disso, ela foi precedida por uma crise econômica e política que precedeu a pandemia.

O assistente social-coordenador destacou que o principal desafio geral da ESS no período foi pensar em formas criativas e eficazes de manter uma formação qualificada em uma nova modalidade (remota emergencial); pensar modelos emergenciais de execução das atividades pedagógicas e políticas, onde os/as discentes e o corpo docente e administrativo permanecessem na segurança do isolamento social, e que tivessem minimamente condições materiais e pedagógicas para oferecer uma educação com qualidade.

As assistentes sociais pontuaram que nas ações de extensão, a questão foi não poder ir a campo realizar as atividades previstas. O primeiro impacto sentido na extensão foi que as atividades presenciais foram suspensas, permanecendo assim por um período consideravelmente longo. Foi necessário aos poucos analisar a possibilidade de ofertar algumas ações de extensão na modalidade remota emergencial e aguardar a autorização da PR5 (Pró-Reitoria de Extensão) para a realização das atividades nesse novo formato.

Tais atividades foram realizadas em diferentes formatos, através de webinários, grupos reflexivos, construção de materiais socioeducativos compartilhados nas mídias sociais, entre outras técnicas e instrumentos que foram criados aos poucos, considerando as diferentes características dos projetos e campos de atuação.

No estágio, um grande desafio, foi com relação à suspensão das atividades presenciais cotidianas, o que ocasionou em perda de diversos campos de estágio, na interrupção de bolsas de estágio de outras instituições públicas e privadas oferecidas a estudantes por não poderem estar mais em atividades presenciais. Houve também um outro movimento de análise da conjuntura e de pensar na possibilidade de estágio remoto, o que efetivamente ocorreu após a divulgação da regulamentação da ABEPSS sobre a realização do estágio remoto para os/as estudantes de Serviço Social para os campos em que fossem viável essa adaptação.

Tudo isso demandou um árduo trabalho dos/as assistentes sociais da Coordenação de estágio com os/as supervisores/as de campo, no sentido de apresentar a proposta, identificando os pontos possíveis dessa nova realidade. Adiante, foi aberta a possibilidade do *estágio híbrido* – após as duas doses da vacinação aplicadas aos alunos – e, mais à frente, do *estágio presencial*, sendo necessários novos diálogos a partir daí com os/as supervisores/as de campo e as instituições.

Ao final das entrevistas realizadas, foi feita também uma avaliação breve sobre os impactos que todo o contexto pandêmico trouxe para o trabalho do Serviço Social na Coordenação de Estágio e Extensão dessa universidade pública. Foi apresentado por eles/as que houve rebatimentos na educação, no sentido de socialização de conhecimentos e na perda de uma certa proximidade dos/as estudantes, dificultando, por exemplo, os acompanhamentos – por parte dos/as estagiários/as e dos/as supervisores/as de campo – do estágio remoto.

Por vezes, alguns/algumas estudantes não conseguiram realizar suas atividades de estágio por problemas relativos às condições socioeconômicas e de moradia, como a insuficiência da conexão com a internet ou por não estarem com os equipamentos de informática adequados no momento da supervisão. Houve, também para os/as estudantes, a questão da adaptação tecnológica e didático-pedagógica, pois essa prática, anteriormente à pandemia, não era frequente na rotina no trabalho dos/as assistentes sociais e nem dos/as alunos/as.

Essa criatividade profissional exigida na reestruturação didático-pedagógica, foi vista como um impacto positivo, pois serviu para que os/as profissionais da faculdade saíssem da estrutura convencional que o ensino presencial oferecia. Foi percebido uma

capacidade e habilidade *a mais* adquirida na realização dos trabalhos. Essa nova adaptação acarretou um outro ponto positivo: a ampliação do conhecimento e aprendizado. São bons exemplos disso, as ações de extensão e os projetos de pesquisa, onde desde a inserção da modalidade remota nas atividades acadêmicas, foi possível a participação de integrantes de todo o país, possibilidade que no período anterior à pandemia era mais difícil e, em alguns casos até inviável, no ensino exclusivamente presencial.

Ressalta-se aqui que a modalidade remota foi percebida pelos/as entrevistados/as como uma necessidade *emergencial* diante do contexto gerado na pandemia: a Universidade pública e, principalmente a Escola de Serviço Social, não defende de modo algum a substituição do ensino presencial pelo ensino remoto, por compreender que isto traria prejuízos muito expressivos à formação profissional.

Por fim, é importante expor que os/as profissionais de Serviço Social possuem diversas frentes de trabalho. O/a profissional, é habilitado/a e qualificado/a para lidar com demandas oriundas das várias expressões da “questão social” existentes na sociedade, com uma análise crítica da realidade, executando e formulando políticas públicas, quando necessário.

No entanto, para além do contexto pandêmico mundial, para que prestem sempre um serviços de qualidade, é necessário que a gestão das instituições – sejam elas públicas ou privadas – tenha um olhar mais atento para as condições de trabalho desses/as profissionais, fazendo sempre uma análise institucional e da conjuntura da realidade, colocando novos objetivos a serem alcançados, mas também investindo e melhorando as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e demais profissionais da educação superior, o que efetivamente não vem ocorrendo há algum tempo.

Em vista disso, a Resolução do CFESS nº 493, publicada em agosto de 2006, que trata da regulamentação das condições éticas e técnicas de trabalho do assistente social. Boas condições de trabalho, cumprimento da carga horária de trabalho definida pela entidade fiscalizadora da profissão, atenção à saúde física e mental, distribuição com equidade das atribuições profissionais, são exemplos de atitudes que contribuem para a preservação da qualidade de vida e para um exercício profissional competente.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como preocupação a análise crítica da saúde dos/as assistentes sociais que atuam na educação de ensino superior diante dos efeitos causados pela pandemia de Sars Cov-19. Para isso, trouxe em seu interior elementos teóricos e empíricos que serviram como suporte para a realização dessa pesquisa qualitativa.

Esse objeto de pesquisa foi pensado tendo em vista que o Serviço Social tem como uma das atribuições de sua prática profissional, atender a demandas de violação de direitos e viabilizar o acesso a direitos através de políticas públicas, agindo sempre com criticidade diante da conjuntura.

À face do exposto, fica aqui o questionamento acerca dos direitos dos/as assistentes sociais que também foram violados/as no contexto pandêmico. A princípio, a análise seria feita apenas com relação à saúde física e mental desses profissionais, mas foi possível observar com a pesquisa, que a Covid-19 acarretou impactos significativos em todas as áreas da vida.

Para a construção desta monografia, foi importante dispor de um arcabouço teórico que abordasse as fases e tensionamentos de todo o contexto histórico da pandemia do coronavírus, assim como da conjuntura brasileira no período, não somente no âmbito exclusivo da saúde, mas também no âmbito político, econômico, cultural e social. Ademais, a pesquisa de campo e, posteriormente as análises dos conteúdos adquiridos, foram essenciais para o cumprimento do objetivo geral deste estudo final do curso.

O primeiro ponto importante a ser considerado como base para refletir sobre os questionamentos iniciais, trata-se da gestão adotada pelo governo federal, que agiu com medidas de cunho negacionista, negligenciando as orientações dos órgãos oficiais sanitários, como por exemplo: a Organização Mundial de Saúde. Essas atitudes errôneas do governo federal agravaram a crise sanitária existente e fizeram o Brasil se tornar um mau exemplo no combate à pandemia, além de figurar na lista dos países com o maior número de mortes (APUB, 2022).

Na tentativa de controlar a disseminação do vírus, os órgãos de saúde pública fizeram uma articulação necessária em torno da prevenção. Isso trouxe impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e educacionais que são sentidos em todo o país. Acerca da economia,

observa-se três cenários básicos na conjuntura brasileira: a queda na oferta de trabalho; precarização do trabalho; e o enfraquecimento ainda maior da economia brasileira. Quanto aos aspectos sociais, tendo como parâmetro o isolamento social, tem-se a diminuição nas práticas de atividades físicas e um aumento de adoecimentos psíquicos (depressão, crise de ansiedade, crise do pânico etc.).

Seguindo com as análises, é de grande relevância os efeitos no âmbito educacional. As escolas e Instituições de Educação Superior fecharam suas “portas” e, frente a essa realidade, tiveram que reinventar-se por meio do Ensino Remoto Emergencial – entendido como a continuidade das atividades por meios virtuais, seja de modo síncrono ou assíncrono. Essa modalidade exigiu, e ainda exige, de docentes e de gestores/as educacionais uma perspicaz tomada de decisão para continuar a efetivar o processo de ensino-aprendizagem dos/as estudantes, bem como para se adaptarem à intensa utilização das tecnologias digitais como um meio didático-pedagógico.

Contudo, especialmente na esfera pública, a imposição do distanciamento para a prevenção da vida, evidenciou desigualdades já conhecidas no Brasil, destacando-se a dificuldade de acessibilidade aos recursos tecnológicos e à internet por parte da população, especialmente a mais pobre.

Na educação superior pública, ao se deparar com essa problemática que se tornou um dos grandes desafios para o prosseguimento das atividades, diversas instituições promoveram políticas assistenciais dirigidas aos estudantes, oferecendo meios tecnológicos para que pudessem ter condições de acompanhamento das aulas remotas. Tais auxílios convergiram para a busca da garantia do direito do/a estudante à educação, pautado no princípio de equidade. Contudo, tais auxílios se mostraram insuficientes, tendo em vista a gravidade do momento histórico.

A propagação e a complexidade da pandemia de Covid-19 afetaram a população em diversas formas, reverberando significativamente nas relações de trabalho e saúde dos/as trabalhadores/as. Como exemplo, no que tange às relações de trabalho, pode-se citar o teletrabalho (ou *home office*). Com o início da pandemia no Brasil, em março de 2020, uma grande parte da população trabalhadora ficou desempregada, dependendo de auxílios assistenciais do governo distribuídos de forma irregular e desorganizada, ou teve que migrar para o trabalho informal, na tentativa de garantir, ao menos o mínimo, para própria subsistência e de sua família. A outra parte de trabalhadores/as adotou com urgência a

modalidade remota de trabalho – *home office* –, sendo necessária para estes/as uma rápida adequação aos meios tecnológicos e adaptação dos/as empregados/as e empregadores/as.

O início da pandemia no Brasil coincidiu com uma conjuntura na qual os/as trabalhadores/as vivenciaram perdas relevantes de direitos trabalhistas e previdenciários, além de muitos/as terem experimentado também a perda de familiares e/ou amigos/as pela pandemia, assim como sequelas decorrentes da própria infecção e/ou de familiares por coronavírus. Assim, a pandemia e seus efeitos sanitários, econômicos e sociais aprofundaram um contexto de intensa fragilidade e desregulamentação do trabalho.

No que tange aos/as assistentes sociais e as condições de trabalho, esta pesquisa nos fez perceber que cabe à instituição empregadora, a universidade, ainda hoje reavaliar a alta demanda e a carga horária de trabalho excessiva dos/as assistentes sociais e dos/as demais trabalhadores/as. Essas condições de trabalho adoecem, deixando em muitos casos, sequelas irreversíveis no/a trabalhador/a.

O trabalho *home office* trouxe um certo conforto e algumas supostas “regalias” para quem realiza, porém carrega consigo também a possibilidade de intensificação de adoecimentos físicos e mentais, decorrentes da sobreposição de atividades de trabalho (inclusive doméstico), da intensificação das jornadas de trabalho e das precárias condições ergonômicas do trabalho profissional realizado no espaço doméstico.

Deve-se dar importância também aos rebatimentos sofridos na vida social mais ampla de toda a classe trabalhadora. O objeto de pesquisa aqui presente mostra os desafios, embates e uma grande articulação e esforço dos/as profissionais para oferecerem resposta, uma intervenção com qualidade à população usuária, que tornou-se ainda mais afetada pela desigualdade social estrutural do país.

Entendo enquanto concluinte do curso de Serviço Social, que é de suma importância a reflexão crítica acerca da atual conjuntura, para que a categoria profissional compreenda as mudanças no mundo do trabalho impostas pela pandemia à categoria, discutindo alternativas impostas pelo momento, que a longo prazo, se não forem refletidas e analisadas, podem piorar ainda mais as condições de trabalho do pós-pandemia, precarizando ainda mais as condições de trabalho e dificultando a efetivação das políticas públicas.

É necessário ampliar esse debate para além do período pandêmico. Todos os efeitos apresentados neste trabalho - na vida dos/as assistentes sociais e de todos/as os/as

brasileiros/as - já existiam há tempos, ao passo que nesse momento de pandemia, foi intensificado e notado por parte da sociedade. É válida a realização de uma pesquisa que alcance um maior número de profissionais do Serviço Social com a implementação de outras pautas, a fim de que se espraie a discussão no escopo da teoria social crítica, contribuindo para uma melhor e mais eficiente qualidade de vida laboral e social.

## APÊNDICE

APÊNDICE A- Roteiro de entrevistas. Público-alvo: Assistentes sociais da Coordenação de Estágio e Extensão da Escola de Serviço Social de uma universidade pública

### **Bloco 1 – Identificação**

- Nome e sobrenome
- Identidade de gênero
- Raça/cor
- Tempo de formação
- IES em que se formou
- Experiências profissionais anteriores
- Tempo de exercício profissional/Tempo de carreira no Serviço Social

### **Bloco 2 – As condições de trabalho anteriores à pandemia**

- Horas de trabalho diárias
- Objetivos institucionais e profissionais
- Relação que observa com a política de educação
- Principais atividades que desenvolvia
- Principais pontos positivos e negativos do trabalho

### **Bloco 3 – A chegada da pandemia de covid-19 e suas consequências**

- Quando e como soube da pandemia e qual foi sua reação imediata (descrever)
- O que observou imediatamente após a chegada da pandemia e a instituição do isolamento social (efeitos imediatos no trabalho) no primeiro mês

- Percepção sobre mudanças no modo de vida e de trabalho e a relação disso com a saúde mental dos sujeitos envolvidos no trabalho durante o ano de 2020
- Principais desafios que observou para a efetivação dos objetivos institucionais e profissionais face às novas condições
- Principais adaptações que teve que efetivar no modo de trabalho para dar conta dos desafios
- Dificuldades identificadas para o trabalho dos assistentes sociais, no que se refere às condições éticas e técnicas estabelecidas pela Resolução CFESS nº493/2006
- Como ficou a rotina de trabalho na instituição em que você trabalha após o segundo ano da pandemia do coronavírus? Está sendo executado trabalho remoto, presencial ou híbrido e as consequências
- A carga horária de trabalho e/ou as demandas aumentaram neste período de pandemia?
- A rotina de trabalho, juntamente com a pandemia covid-19, afetaram a sua saúde (física e/ou mental) de alguma forma? Justifique
- Você teve um ou mais quadros de adoecimento (ansiedade, insônia, depressão ou outros) durante o período da pandemia
- Você possui algum cuidado ou acompanhamento para cuidar da sua saúde física e mental e não sofrer, ou sofrer menos, consequências maléficas em decorrência do seu trabalho durante a pandemia?
- Como você tem lidado com os efeitos da pandemia nas suas rotinas?
- Como você avalia o impacto desse contexto pandêmico para o trabalho dos/as assistentes sociais, especialmente os que atuam na educação?
- Como os/as assistentes sociais da Coordenação de Estágio e Extensão da ESS, em sua maioria, têm trabalhado no contexto da pandemia e quais os principais desafios encontrados?
- Há previsão de retorno das atividades presenciais nos próximos meses? Caso haja o retorno presencial, a ESS está preparada para reabrir oferecendo segurança a todos?

APÊNDICE B- REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(Informações aos participantes)

**1) Título do protocolo do estudo:** Saúde do/a Assistente Social em tempos de pandemia de SARS Cov 19: um estudo de caso a partir de profissionais atuantes na educação.

**2) Convite:**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa qualitativa, descritiva e analítica cujo objeto de pesquisa foi mencionado acima. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

**3) O que é o projeto?**

O projeto consiste em um levantamento bibliográfico e um trabalho de campo desenvolvido por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas por um roteiro de questões sobre o objeto de pesquisa em questão.

**4) Qual é o objetivo do estudo?**

O projeto visa compreender os efeitos na saúde do/a Assistente Social que atua como profissional da educação em tempos de pandemia de SARS Cov 19. O estudo investiga a demanda de trabalho e os impactos na saúde dos/as Assistentes Sociais atuantes na educação. Entre outras atividades, pretendemos discutir os principais efeitos da pandemia para a população brasileira, discutir os principais efeitos da pandemia na vida dos/as trabalhadores/as, identificar os principais efeitos da pandemia na educação superior, descrever e analisar os efeitos da pandemia sobre a saúde dos Assistentes Sociais da educação superior.

**5) Por que eu fui escolhido(a)?**

O público-alvo para a realização do trabalho de campo são os/as Assistentes Sociais atuantes na área da educação superior, fazendo um recorte para os/as profissionais da Escola de Serviço Social da UFRJ. Este trabalho de campo envolverá uma entrevista semiestruturada, a ser realizada através da plataforma Google Meet, onde a participação dos entrevistados é voluntária, conforme desejo dos interessados.

**6) Eu tenho que participar?**

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto que abordará a temática “Saúde do/a Assistente Social em tempos de

pandemia de SARS Cov 19: um estudo de caso a partir de profissionais atuantes na educação”, você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pela pesquisadora, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

#### **7) O que acontecerá comigo se eu participar?**

O que eu tenho que fazer? A dinâmica do processo de pesquisa de campo é bem simples. O/A participante deverá responder a um roteiro de questões que está relacionado com o objeto de pesquisa já exposto. Este roteiro faz parte da metodologia aplicada na entrevista semiestruturada. Neste modelo, há uma maior flexibilidade tornando o diálogo mais natural e dinâmico.

#### **8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?**

Espera-se o compartilhamento de elementos da sua rotina de trabalho após o início da pandemia, relatando os impactos sofridos no contexto pandêmico.

#### **9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?**

Não haverá nenhum tipo de despesa.

#### **10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?**

O risco possível é a exposição da rotina laboral e de possíveis críticas a ela diante da instituição empregadora. Por isso, as transcrições das entrevistas serão também mandadas para você por e-mail e jamais serão entregues a qualquer pessoa além da pesquisadora e seu orientador. Tais agentes se comprometem em somente lançarem mão do conteúdo das entrevistas com finalidade puramente técnico-científica.

#### **11) Quais são os possíveis benefícios de participar?**

Se você participar estará dando uma contribuição importante para uma pesquisa qualitativa de graduação, que abordará e fará uma análise crítica acerca das condições de saúde e de trabalho do/a Assistente Social atuante na educação, refletindo sobre a qualidade no desempenho de trabalho desse/a profissional que, porventura, teve a saúde comprometida no decorrer da pandemia. Sendo assim, contribuirá tanto para clarificar esse cenário quanto para a formação profissional da pesquisadora.



**12) O que acontece quando o estudo termina?**

Se for de interesse do/a participante, será enviado por e-mail a devolutiva dos resultados da entrevista após feita a transcrição e análise de conteúdos dos dados coletados. O resultado final da pesquisa fará parte do Trabalho de Conclusão de Curso da discente da Escola de Serviço Social da UFRJ Leticia Silva.

**13) E se algo der errado?**

A realização da pesquisa de campo somente será realizada com o consentimento dos/as envolvidos/as, porém o/a participante tem a opção de se retirar a qualquer momento da entrevista quando assim desejar, ou caso não se sinta confortável, sem qualquer prejuízo ou justificativa.

**14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?**

Sim. A transcrição das entrevistas permanecerá em pasta virtual por cinco anos, mas será enviada apenas para o/a próprio/a entrevistado/a, quando tiver interesse.

**15) Contato para informações adicionais**

Dados do(a) pesquisador(a) responsável: Nome: Leticia Alves Nascimento da Silva  
Telefone:(91) 98945-6040

E-mail: lsil1165@gmail.com

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. “A questão social no capitalismo”. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Brasília: ABEPSS, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf) . Acesso em: 22 de março de 2022.

ALMEIDA, M., FERNANDES, R., LIMA, M., MIRANDA, S., MISE, Y., SANTOS, K. (2020). “Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de Covid-19”. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320> .

ANDES. SINDICATO NACIONAL DE DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. “Governo corta R\$3,2 bilhões do orçamento do MEC; Ensino Superior terá corte de R\$1 bilhão”. Maio, 2022. Disponível em: [https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-corta-r-3-2-bilhoes-do-orcamento-do-mE C-ensino-superior-tera-corte-de-r-1-bilhao](https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-corta-r-3-2-bilhoes-do-orcamento-do-mE-C-ensino-superior-tera-corte-de-r-1-bilhao) . Acesso em 30 de junho de 2022.

APUB. “Negacionista, o governo fez o Brasil se tornar um mau exemplo no combate à pandemia”. Maio, 2022. Disponível em: <http://apub.org.br/negacionista-governo-fez-o-brasil-se-tornar-um-mau-exemplo-no-combate-a-pandemia/> .

AQUINO, E. M. et al. “Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil”. **Ciência & Saúde Coletiva** n. 25, 2423-2446, 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csc/2020.v25suppl1/2423-2446/pt>. Acesso em 21 de outubro de 2021.

BIOLOGIA NET. “COVID-19: o que é, sintomas, transmissão, prevenção- **Biologia net**”, 2020. Disponível em: <https://m.biologianet.com/doencas/covid-19.htm> Acesso em: 20 de outubro de 2021.

BLOG POR COMUNICAÇÃO. “Entenda a importância das aulas remotas diante do cenário atual”. Abril, 2021. Disponível em: <https://blog.liceufranco.com.br/importancia-das-aulas-remotas/> Acesso em 20 de abril de 2022.

BRASIL. “Auxílio Emergencial chega a 60% da população brasileira”. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/600-dias/arquivos-de-600-dias/cidadania-auxilio-emergencial-chega-a-60-da-populacao-brasileira> > Acesso em 01 de março de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial Da União: Brasília, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#view](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#view) . Acesso em: 21 de outubro de 2021.

BRASIL. “CPI da Pandemia: principais pontos do relatório”, **Agência do Senado Federal**, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/cpi-da-pandemia-principais-pontos-do-relatorio> . Acesso em: 21 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. “Coronavírus: monitoramento nas instituições de ensino”. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/30nubqn> . Acesso em: 20 abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. “MEC autoriza ensino a distância em cursos presenciais”, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/86441-mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais> . Acesso em 21 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. “ Execução orçamentária e financeira”, **Portal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)**, 2021. Disponível em: <https://ufu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/execucao-orcamentaria-e-financeira#:~:text=Pode%2Dse%20definir%20execu%C3%A7%C3%A3o%20or%C3%A7ament%C3%A1ria,dinheiro> . Acesso em 25 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. “Retorno às aulas presenciais em Instituições Federais de Educação Superior”, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/retorno-as-aulas-presenciais-em-instituicoes-federais-de-educacao-superior>. Acesso em 21 de abril de 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico**, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/outubro/11/boletim\\_epidemiologico](https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/outubro/11/boletim_epidemiologico).

BRASIL. **Portaria nº343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> . Acesso em 21 de abril de 2022.

CHAIB, J. “Governo ignorou 10 e-mails da Pfizer sobre vacinas em 1 mês, mostram documentos da CPI da Covid”. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <http://www.uol.com.br> Acesso em: 21 de outubro de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código De Ética Profissional Do Assistente Social. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). “Teletrabalho e Teleperícia: orientações para Assistentes Sociais”, 2020. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/cfess-divulga-nota-sobre-teletrabalho-e-telepericia-com-orientacoes-para-assistentes-sociais/> . Acesso em 21 de março de 2022.

COSTA, Dedila. “Entrevista semiestruturada: saiba suas vantagens e diferenças!”. **GUPY/BLOG**, 2021 Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/entrevista-semiestruturada> . Acesso em 22 de março de 2022.

**CRP-PR (2020).** O Sofrimento Psíquico das(os) trabalhadoras(es) em Tempos de Pandemia. Disponível em: <https://crppr.org.br/1demaio/> Acesso em: 10 de março de 2022.

EDUCADMI, 2011. “Monografia 3: tipos de pesquisas”. Disponível em: <https://educadmi.wordpress.com/2011/09/02/monografia-3-tipos-de-pesquisa/> Acesso em 22 de março de 2022.

FARIAS, H. S. D. “O avanço da Covid-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade”. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/11357>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

G1 SÃO PAULO. “Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos Estados”. **Globo.com**, 2022. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel> . Acesso em 04 de agosto de 2022.

INEP - INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. “Sinopse estatística do Censo da Educação Superior”. Edição 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2AhaaIR> . Acesso em: 20 de abril de 2022.

LIMA, A.; VIEIRA, L. “Kit-COVID”. **Secretaria de Estado de Saúde: Subsecretaria de Saúde do Núcleo de Evidências**, 2020. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/files//conecta-sus/produtos-tecnicos/II%20-%202020/COVID-19%20-%20KIT%20COVID.pdf>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

MACHADO, Amália. “o que é Pesquisa qualitativa?”. **ACADÊMICA**, 2021. Disponível em: <https://www.academicapesquisa.com.br/post/o-que-%C3%A9-pesquisa-qualitativa>. Acesso em 22 de março de 2022.

MARTINS, Leandro. “Universidades avaliam a pandemia para o retorno às aulas presenciais”. **Radioagência Nacional**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2022-01/universidades-avaliam-pandemia-para-o-retorno-aulas-presenciais> .

OPAS. “Brasil receberá as primeiras vacinas contra Covid-19 por meio do mecanismo Covax neste domingo”. **ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE**, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/21-3-2021-brasil-recebera-primeiras-vacinas-contracovid-19-por-meio-do-mecanismo-covax> . Acesso em: 21 de março de 2022.

PESARO, Floriano. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. “A busca pela equidade social”. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1658.pdf> . Acesso em 30 de junho de 2022.

RNP – **REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA**. “Termo de referência: contratação emergencial de pacote de dados móveis do serviço móvel pessoal, para alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica de universidades públicas federais (Ifes) e de instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (RFEPCT)”. Brasília: RNP, 2020.

SANTOS, Guilherme Mendes Tomaz dos; REIS, Júlio Paulo Cabral dos; MÉRIDA, Esther Caldiño; RANGEL, Edwin Lamberto Flores; FRICH, Adriana Andrade. “Educação Superior: Reflexões a partir do advento da Pandemia da Covid-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**. Ano II, Volume 4, Ano 10, Boa Vista, 2020. Disponível em:

[https://revista.ufr.br/boca/article/viewFile/Santos\\_et\\_al/3139](https://revista.ufr.br/boca/article/viewFile/Santos_et_al/3139). Acesso em 20 de janeiro de 2022.

SILVA, Gabriele. “Coronavírus e Covid-19: existe diferença?” **Educa Mais Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/coronavirus-e-covid19-existe-diferenca>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

SINDIEDUTEC- sindicato. “SINDIEDUTEC repudia novos cortes na Educação”. Maio, 2022. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/sindiedutec-repudia-novos-cortes-na-educacao/>. Acesso em 30 de junho de 2022.

SOUZA, D. (2021). As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00311>.

TEIXEIRA, Lucas Borges. “Lockdown: como funciona, o que é e significado”. **UOL NOTÍCIAS**, 2021. Disponível em: <https://noticias-uol-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/noticias.uol.com.br/faq/lockdown-como-funciona-o-que-e-significado-e-regras-em-sp-e-mais-cidades>. Acesso em: 21 de março de 2022.

### **Páginas eletrônicas**

DIEESE:

<https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmpauta16.html>. Acesso em: 05 de março de 2022.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

<http://ess.ufrj.br/index.php/extensao1>

<http://ess.ufrj.br/index.php/estagio>

<https://ess.ufrj.br/index.php/escola/11-graduacao-ess/23-missao-institucional>

<https://ess.ufrj.br/index.php/conselho-departamental>

PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS ESTUDANTIS

<https://xn--polticasesstudantis-jyb.ufrj.br/>

REVISTA

VEJA:

<https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/>. Acesso em 05 de março de 2022.

WIKIPEDIA. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Home\\_office](https://pt.wikipedia.org/wiki/Home_office). Acesso em: 05 de março de 2022.